



A

3

DATA DA REUNIÃO: CATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E DEZ MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



A

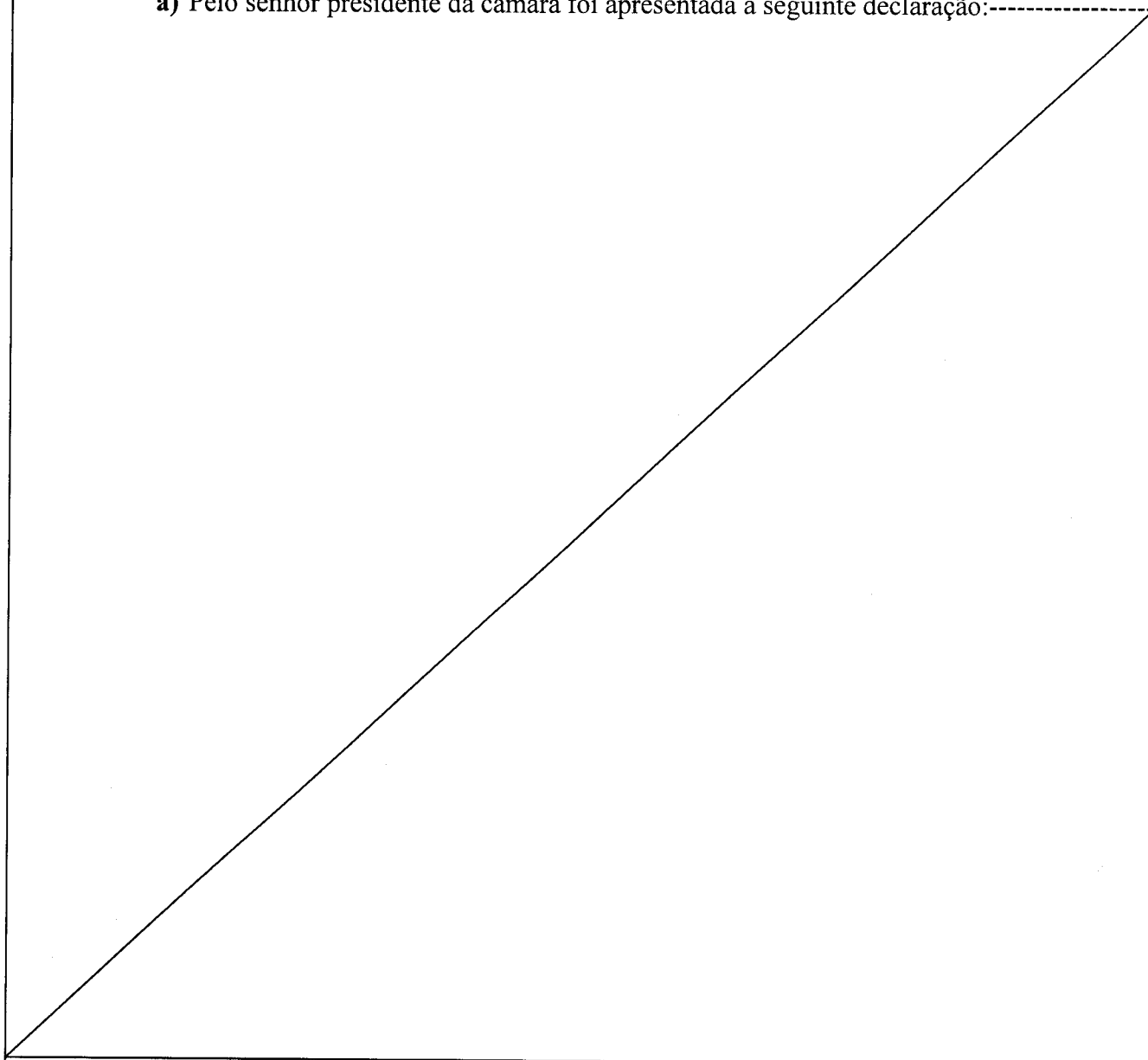
1

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte declaração:-----





Declaração Política

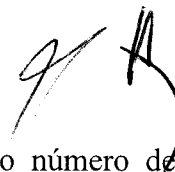
(Revista Municipal)

Na última reunião da câmara municipal, de trinta de setembro findo, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM apresentaram uma declaração relativa à adjudicação duma prestação de serviços por ajuste direto à sociedade FANTOFFICE – Equipamentos de escritório e de hotelaria Ld^a, que tem por objeto a concepção, paginação, e maquetização da revista municipal.

Antes de qualquer outro esclarecimento, é importante referir que, contrariamente ao que consta daquela declaração (alínea d) do período de antes da ordem do dia da dita reunião de câmara), não está em causa a concepção, paginação e maquetização de duas edições da Revista Municipal.

O que a câmara municipal deliberou na reunião de cinco de agosto último, com os votos favoráveis dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do PS, foi a emissão de parecer favorável à celebração de contrato de prestação de serviços para a concepção, paginação, e maquetização da revista municipal, e não para duas edições desta revista. Ou seja, o objeto do contrato consiste no desenvolvimento do design editorial e gráfico da revista municipal, que se pretende com uma imagem mais contemporânea, profissional e apelativa.

Este trabalho servirá de suporte à elaboração do número de revistas municipais que se entender, seja no decurso do mandato em curso, ou mesmo posteriormente, enquanto a câmara municipal se identificar com o projeto de revista criado, ou o mesmo servir os objetivos pretendidos. Na posse do trabalho contratado e prestado, a câmara municipal



fica apta, **com os seus recursos internos**, a programar o conteúdo do número de revistas que entender, apenas tendo que contratar externamente a sua impressão.

Face às dúvidas levantadas pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM pelo facto de aquele serviço ter sido adjudicado a uma empresa que tem por objeto social “O comércio de mobiliário, divisórias, tetos falsos e revestimentos, montagem e assistência técnica, importação e representação, decoração de escritórios e otimização de espaços, construção civil”, o que, aparentemente, não seria legal, importa esclarecer o seguinte:

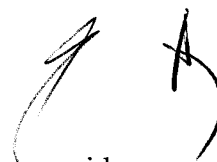
Quanto a esta questão relembramos que, a eventual divergência entre o objeto social que consta da certidão permanente junta ao procedimento e o objeto da prestação de serviços tem de ser analisado sob o prisma do Código das Sociedade Comerciais (CSC). Também aqui, salvo melhor opinião, não existe qualquer ilegalidade.

Coloca-se a questão de saber se o objeto social limita a capacidade da sociedade para celebrar negócios que extravasem ou que sejam alheios ao seu objeto. A resposta encontra-se na primeira parte do disposto no art.º 6º, nº 1, do CSC, que diz o seguinte:

“As cláusulas contratuais e as deliberações sociais que fixem à sociedade determinado objeto ou proíbam a prática de certos atos não limitam a capacidade da sociedade ...”

Ou seja, esta norma afasta “O princípio da especialidade que obrigava à sociedade a respeitar o seu objeto social, sancionando com a nulidade os atos que o extravasassem.”

Afastado tal princípio e tal sanção, as sociedades passaram a ter a possibilidade de praticar atos para além do objeto social.



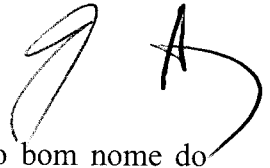
Acresce que os serviços da Câmara agiram de boa-fé, pois estavam convencidos que a adjudicatária tinha capacidade para executar a prestação de serviços, o que efetivamente veio a suceder.

Concluindo, podemos afirmar que:

- 1- O procedimento de ajuste direto não contem qualquer irregularidade e ou ilegalidade.
- 2- O objeto social não limita a capacidade da sociedade adjudicatária, pelo que, permite que esta pratique atos que excedam ou que sejam alheios ao objetos social.
- 3- Os serviços da Câmara agiram de boa-fé, pois que, estavam convencidos que a adjudicatária tinha capacidade para executar a prestação de serviços, o que efetivamente veio a suceder.
- 4- O ato de adjudicação é válido.
- 5- O contrato de prestação de serviços celebrado vincula a sociedade adjudicatária.
- 6- Não há quaisquer indícios da prática de irregularidades e ou ilegalidades.

Prestados estes esclarecimentos interessa ainda referir que a revista municipal é uma forma e um meio por excelência de comunicação. Já no passado foi feito e irá continuar a ser feito por este executivo, que é o dever e obrigatoriedade de informar os munícipes das atividades desenvolvidas pela câmara. Relembro que o preço da revista em causa (2014) será globalmente mais barata que qualquer outro exemplar do mandato anterior.

Ao longo deste início de mandato procuramos adotar uma postura de diálogo, de inclusão e correção na forma como entendemos que o executivo deve funcionar, de modo a melhor servir os interesses da nossa população. Os Srs. Vereadores, por outro lado, continuam a manifestar uma grande falta de cultura democrática, procurando

Handwritten signature and initials in black ink, located at the top right of the page.

sempre fomentar a suspeição, colocando sistematicamente em causa o bom nome do nosso Município, dos seus trabalhadores e membros do executivo com pelouros.

Senhores vereadores, cai por terra a vossa argumentação, os procedimentos internos têm enquadramento técnico e legal, não está em causa apenas duas edições da revista, mas sim um contrato de prestação de serviços para a conceção, paginação e maquetização e este trabalho servirá de suporte à elaboração do número de revistas municipais que se entender. E aqui sim, a câmara poderá utilizar alguns recursos internos para a idealização dos respetivos conteúdos.

Não nos revemos nesta forma de estar e fazer política e sempre que for necessário responderemos de forma veemente de maneira a defender o bom nome do nosso Concelho, assim como, o respeito que os serviços desta autarquia nos merecem.

Os edis Eleitos nas listas do Partido Socialista

Santo Tirso, 14 de outubro de 2014




A

1

b) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada também a seguinte declaração:-----

Declaração Política

(Projecto Eco XXI)



O **Projecto Eco XXI** visa premiar as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos municípios, nomeadamente, a integração das preocupações de sustentabilidade nas políticas municipais. Tendo por base os objectivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 21 indicadores de sustentabilidade, avaliar o desempenho dos municípios em 13 temas chave: educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, sociedade civil, instituições, conservação da natureza, ar, água, energia, resíduos, mobilidade, ruído, agricultura, turismo e ordenamento do território.

A qualidade ambiental e a educação para a sustentabilidade são assim essenciais na construção do Desenvolvimento Sustentável, uma aposta deste município, pelo que este galardão tem um significado acrescido para Santo Tirso: evidencia a importância de uma cultura de projectos e políticas sustentáveis, quer ao nível dos técnicos e decisores municipais, quer ao nível dos cidadãos.

O Município de Santo Tirso, nos últimos anos tem-se enquadrado no grupo de municípios melhor pontuados, superando, inclusivamente, os objectivos definidos pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE).

E assim, pelo sexto ano consecutivo, o Município foi galardoado com a Bandeira Verde, resultado da candidatura apresentada ao projecto "Municípios Eco XXI" da ABAE. Esta entidade reconhece a participação e empenho do município de Santo Tirso e certifica **o resultado atingido de 72,7% nesta candidatura. Santo Tirso inclui-se assim nos municípios que atingiram os melhores índices de sustentabilidade municipal.**

Os edis Eleitos nas listas do Partido Socialista

Santo Tirso, 14 de outubro de 2014



Após alguns pedidos de esclarecimentos, nomeadamente sobre a declaração que consta da alínea a) do período de antes da ordem do dia desta reunião, e sobre a criação da Associação de Futebol Amador de Santo Tirso, entrou-se na discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia, a qual se anexa à presente ata constituindo as subsequentes três folhas.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/OUTUBRO/2014 – ATA Nº 25

ORDEM DO DIA

10

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária da câmara municipal de 30/09/2014
- 2 – Comunicação da Direção-Geral das Autarquias Locais – Endividamento municipal em 2012 – Arquivamento da decisão de redução de transferências para o município: conhecimento
- 3 – Designação dos representantes da autarquia nos Conselhos Gerais de Agrupamentos de Escolas
- 4 – Protocolo de Cooperação celebrado entre o município e a Universidade do Minho: Ratificação
- 5 – Proposta de abertura de conta na Caixa Económica Montepio Geral
- 6 – Proposta de abertura de conta no Banco Popular Portugal, S.A.
- 7 – Proposta de cedência, em regime de comodato, de duas frações autónomas, destinadas a habitação, à CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente
- 8 – Proposta de celebração de Protocolo de colaboração com duas Associações de Pais, tendo por objeto estabelecer os termos e condições do apoio a crianças com necessidade educativas especiais na educação pré-escolar
- 9 – Comparticipação das despesas com o prolongamento de horário do jardim de infância de Cantim – Reguenga – Reforço
- 10 – Proposta de atribuição de subsidio à União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira – Colónia de férias, dirigida à população sénior
- 11 – Proposta de atribuição de subsidio à associação denominada – AFR – Associação de Festas de Rebordões para as festas em honra de S. Tiago de Rebordões
- 12 – Proposta de celebração de protocolo com a União das Freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede) tendo por objeto a cedência do direito de utilização de prédio do município



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

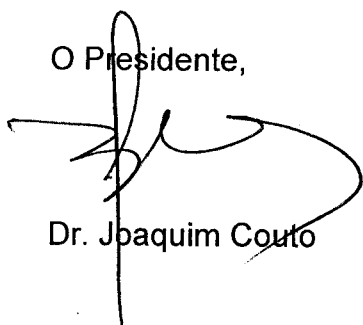
11

- 13 – Proposta de revisão do contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado com o Futebol Clube Tirsense em 13/02/2014**
- 14 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com diversas Associações desportivas e recreativas**
- A) Núcleo de Atletismo de Roriz**
 - B) União Desportiva e Cultural de Santo Tirso – AB92**
 - C) Associação do Bairro Cultural e Desportiva**
 - D) Associação Cultural e Desportiva de Lamelas**
 - E) Grupo Desportivo Vale do Ave**
 - F) Futebol Clube Caldas**
 - G) União Desportiva de São Mamede**
 - H) Monte Córdova Futebol Clube**
 - I) Futebol Clube de Rebordões**
 - J) Associação Desportiva e Cultural da Reguenga**
 - K) Associação Recreativa e Cultural de Areias**
 - L) Associação Recreativa de Sequeirô**
 - M) Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Mourinhense**
 - N) Associação Recreativa do Areal**
- 15 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração de contratos de aquisição de serviços**

- A)** Contratação de prestação de serviços para organização da 1ª edição do festival “Novo Jornalismo” em Santo Tirso: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- B)** Celebração de contrato de prestação de Serviços tendo por objeto a contratação de empresa para assegurar serviços de animação desportiva em contexto escolar no âmbito do “Programa Mimar” (Natal/2014)
- C)** Celebração de contrato de prestação de Serviços tendo por objeto a contratação de empresa para assegurar atividades de animação socioeducativa no âmbito do “Programa Mimar” (Natal/2014)
- D)** Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços para o exercício de funções públicas, na modalidade de tarefa, tendo por objeto a contratação de designer gráfico para o desenvolvimento de trabalhos específicos

Santo Tirso, 09 de outubro de 2014

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



A

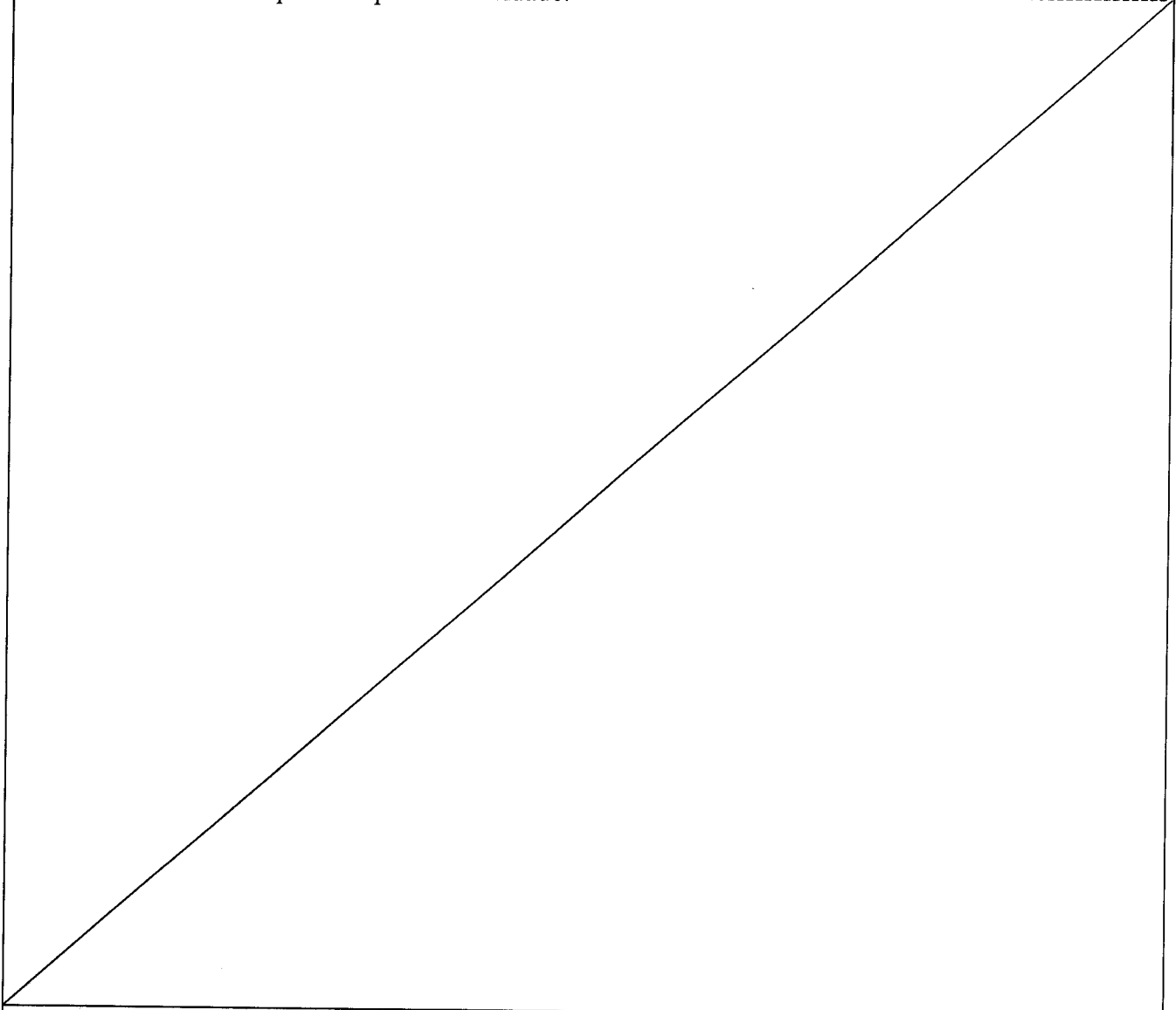
[Handwritten signature]

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (30/09/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia trinta de setembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





A

**2. COMUNICAÇÃO DA DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS –
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL EM 2012: ARQUIVAMENTO DA DECISÃO DE
REDUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO: CONHECIMENTO.-----**

Presente, para conhecimento da câmara municipal, o ofício da Direção-Geral das Autarquias Locais de seis do corrente mês de outubro, registado com o número dez mil trezentos e setenta, a comunicar, na sequência do despacho do senhor Secretário de Estado da Administração Local, de quatro de abril último, que determinou que a dedução nas transferências orçamentais ficaria suspensa até à validação da conta de gerência de dois mil e treze, e verificando-se, após o apuramento do endividamento líquido do ano de dois mil e treze, que o município de Santo Tirso cumpriu com o respetivo limite, que foi decidido arquivar a decisão de redução das transferências pelo incumprimento do limite do endividamento líquido em 2011/2012.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Em reunião da câmara municipal de um de abril último (item dois da respetiva ata) foi dado conhecimento ao executivo municipal da situação em causa;-----

Face à fundamentação exposta na ata da referida reunião, pelo aludido despacho de quatro de abril último, registado na câmara municipal com o número três mil setecentos e quarenta e três, foi decidido determinar que a dedução nas transferências orçamentais, como sanção pelo excesso de limite de endividamento líquido nos anos de dois mil e onze e dois mil e doze, ficaria suspensa até à validação da conta de gerência de dois mil e treze, e, caso se confirmasse que o município eliminou o excesso, o processo seria arquivado.-----

Após o apuramento do endividamento líquido do ano de dois mil e treze, veio a confirmar-se que o município cumpriu com o respetivo limite.-----

Razão pela qual foi decidido arquivar a decisão de redução nas transferências orçamentais para o município.-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 25 Fl. 15
14 de outubro de 2014

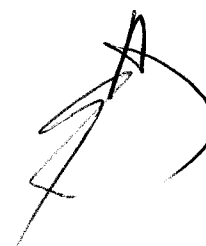
A

[Handwritten signature]

Pelo senhor presidente foi proferida ainda a seguinte declaração política:-----

[Large diagonal line indicating no declaration was made]

**DECLARAÇÃO POLÍTICA
(ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL)**



Foi com satisfação que recebemos da DGAL (Direção Geral Autarquias Locais) a comunicação de arquivamento da decisão de redução das transferências, pelo alegado incumprimento do limite de endividamento líquido em 2011/2012 e que agora trazemos para conhecimento dos Srs. Vereadores.

Como foi na altura comunicado, o executivo encetou uma série de esforços no sentido de clarificar e resolver as questões levantadas para que não se verificasse qualquer penalização nas transferências do Orçamento de Estado para a Autarquia.

Oportunamente, manifestamos o nosso desacordo em relação ao projeto de despacho do Secretário de Estado da Administração Local que nos foi comunicado em dezembro de 2013.

Assim, **contentamo-nos com o facto de terem sido acatados os nossos protestos nomeadamente:**

- **pela aplicação fora de tempo** pois, o executivo que resultou das eleições autárquicas de 2013 e que iria sofrer as retenções, nenhuma responsabilidade teve na situação financeira do município à data de reporte (2012);

- **porque não é razoável a absurda descida (de 53%!) estabelecida para o limite**, de 27.383.265€ em 2010, para 12.874.240€ para o 1º trimestre de 2011, válido para o ano e seguintes;

- **porque, tal como refere a DGAL, se verificou nos períodos posteriores uma diminuição do endividamento líquido.**

As contas, nomeadamente as de 2013, têm sido elaboradas em obediência aos mais rigorosos princípios contabilísticos da transparência e da prudência por isso, **é grato que nos tenha sido dada razão num processo que muito iria penalizar Santo Tirso**, para além das limitações financeiras que já nos são impostas.

Este exemplo é prova de que, com diálogo, trabalho e rigor é possível ultrapassar os desafios que se colocam à Gestão Municipal.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

Santo Tirso, 14 de outubro de 2014



3. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL PERMANENTE DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO (ARTº 14º, N.º 4, DO D.L. 75/2008).-----

Presente informação da Divisão de Educação, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil trezentos e oitenta, a propor que a câmara municipal delibere designar os representantes do município no Conselho Geral permanente dos Agrupamentos de Escolas, previsto no artigo 11º do Decreto – Lei 75/2008, de 22 de abril, cujas competências estão previstas no artigo 13º do mesmo diploma legal, relativamente aos Agrupamentos de Escolas de Escolas de D. Dinis, Santo Tirso e D. Afonso Henriques, Vila das Aves.-----

Informam ainda da necessidade de substituição de um dos elementos que integrava o Conselho Geral Permanente do Agrupamento de Escolas de S. Martinho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista no n.º 4 do artigo 14º do referido Decreto-Lei, deliberasse designar os representantes do município no Conselho Geral Permanente dos Agrupamentos de Escolas a seguir referidos, sem prejuízo do presidente da câmara municipal, no exercício da sua competência de representante do município, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, poder comparecer às reuniões do Conselho Geral de qualquer Agrupamento, sempre que o entender, exercendo integralmente as competências de membro desse órgão, como representante do município.-----

Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso

- Dr.ª Maria de Lurdes Ferreira Santos, presidente da junta de freguesia da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei;-----

- Prof. Vitor Manuel Carvalho Matos, colaborador do município na área do Desporto;----

- Dr.ª Florbela de Jesus da Costa Pereira Martins, Técnica Superior da Divisão de Educação.-----



A

Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Vila das Aves, Santo Tirso

- Eng.^a Ana Maria Moreira Ferreira, Vereadora;-----

- Roberto Carlos Neto Figueiredo, presidente da junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos;-----

- Dra. Manuela Teixeira da Silva (Técnica Superior da Divisão de Educação).-----

Mais propôs que relativamente ao **Agrupamento de Escolas de S. Martinho**, cujos representantes do município no respectivo Conselho Geral Permanente foram designados por deliberação da câmara municipal de vinte e seis de novembro último, propôs a substituição do Dr. Nestor Agostinho Rebelo Borges pelo Dr. Nuno Miguel da Silva Pereira Olaio, Técnico Superior da Divisão da Cultura.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte proposta alternativa:-----

Reunião de Câmara de 14 de outubro de 2014

Ponto 3 da Ordem do Dia

O conselho geral (CG) é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade dos Agrupamento de Escolas, assegurando a participação e a representação da comunidade educativa, nos termos da lei.

Os vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD-PPM apresentam uma proposta alternativa à apresentada pelo senhor presidente, porque que consideram que esta melhor defende os princípios da equidade, pluralidade, diversidade e representatividade, bem como assegura a representação democrática.

O Conselho Geral é constituído por:

- a) sete representantes do pessoal docente;
- b) dois representantes do pessoal não docente;
- c) cinco representantes dos pais e encarregados de educação;
- d) um representante dos alunos do ensino secundário;
- e) três representantes do município;
- f) três representantes da comunidade local

Os vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD-PPM apresentam uma proposta alternativa, com um critério coerente e adequado, e que consideram que assegura melhor o espírito da lei, bem como, os pressupostos de proximidade dos representantes de uma forma mais eficaz para o fomento da política educativa municipal.

• Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso

- Alírio António de Sousa Canceles (Técnico de Emprego e Vereador)
- Paulo Ismael Carneiro Bento Ferreira (Empresário e Presidente da Junta de Agrela)
- Florbela de Jesus da Costa Pereira Martins (Técnica Superiora da Divisão de Educação)

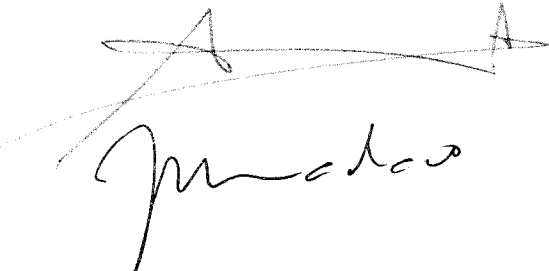
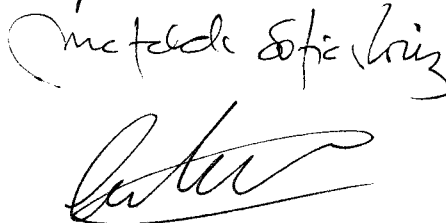
• **Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Vila das Aves, Santo Tirso**

- Ana Maria Moreira Ferreira (Vereadora)
- José Manuel Machado (Consultor Financeiro - Banca e Vereador)
- Elisabete Cunha Roque Faria (Presidente da Junta de Vila das Aves)

• **Agrupamento de Escolas S. Martinho**

- Carlos Alberto Lopes Pacheco (Vereador e Jurista)

Santo Tirso, 14 de outubro de 2014


José Manuel Machado
Consultor Financeiro




A proposta apresentada pelo senhor presidente da câmara foi designada por Proposta A e a proposta apresentada pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM por Proposta B. As propostas foram colocadas à votação em alternativa, tendo sido escrutinados cinco votos a favor da proposta A e quatro votos a favor da proposta B.-----

Seguidamente, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata não podiam subscrever a proposta apresentada pela maioria socialista em detrimento da sua, porque consideram que esta não defende os princípios da equidade, pluralidade, diversidade, e representatividade, bem como a representação democrática.-----

Além disso, a proposta apresentada pela maioria socialista não é sustentada em critérios objetivos.-----

Pelo contrário. As escolhas resultam de alinhamentos partidários que, de forma alguma, os vereadores do Partido Social Democrata poderiam subscrever. Apesar de questionada a maioria socialista não foi dada qualquer explicação para a exclusão do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, da presidente da junta de freguesia de Vila das Aves, Dra Elisabete da Cunha Roque Faria, que integrou o Conselho Geral Transitório com uma representação sem mácula e cuja exclusão só pode ser entendida pelo facto desta ter sido eleita enquanto inscrita na lista do Partido Social Democrata. Os vereadores eleitos enquanto inscritos a lista do PPD/PSD.PPM aprovaram a sua proposta, porque é claramente uma proposta que impede a partidarização dos Conselhos Gerais e assegura os princípios que defendemos, nomeadamente os da equidade pluralidade, diversidade e representatividade.-----

Para os vereadores do Partido Social Democrata os Conselhos Gerais não podem nem devem servir de instrumento de promoção e premiação de quem quer que seja, e muito menos de manipulação, apropriação e condicionamento dos objetivos que precederam à criação dos Conselhos



A

Gerais.-----

Para os vereadores da coligação PPD/PSD.PPM mais importante é assegurar a participação democrática e trabalhar em prol de projetos educativos de excelência, que valorizem o mérito. Ao contrário da maioria socialista o nosso objetivo é que os Conselhos Gerais sejam homogéneos, na diversidade, e que se preocupem exclusivamente com o sucesso dos projetos educativos e dos alunos. Lamentamos que a maioria socialista, uma vez mais, não tenha tido a humildade de acolher a proposta que melhor servia os interesses da câmara, do concelho, das escolas e dos alunos”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente essencialmente pelas razões seguintes:-----

1. A proposta resulta do diálogo com Agrupamentos de Escolas e autarquias;-----
2. A câmara municipal apenas indica três elementos pelo que a diversidade da sua composição está obviamente assegurada;-----
3. Temos dificuldade em aceitar a partidarização da política educativa;-----
4. A proposta é representativa da comunidade educativa de cada Agrupamento, nomeadamente a proximidade;-----
5. Vai de encontro aos objetivos municipais da política da educação”.-----



A

4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIVERSIDADE DO MINHO: RATIFICAÇÃO.-----

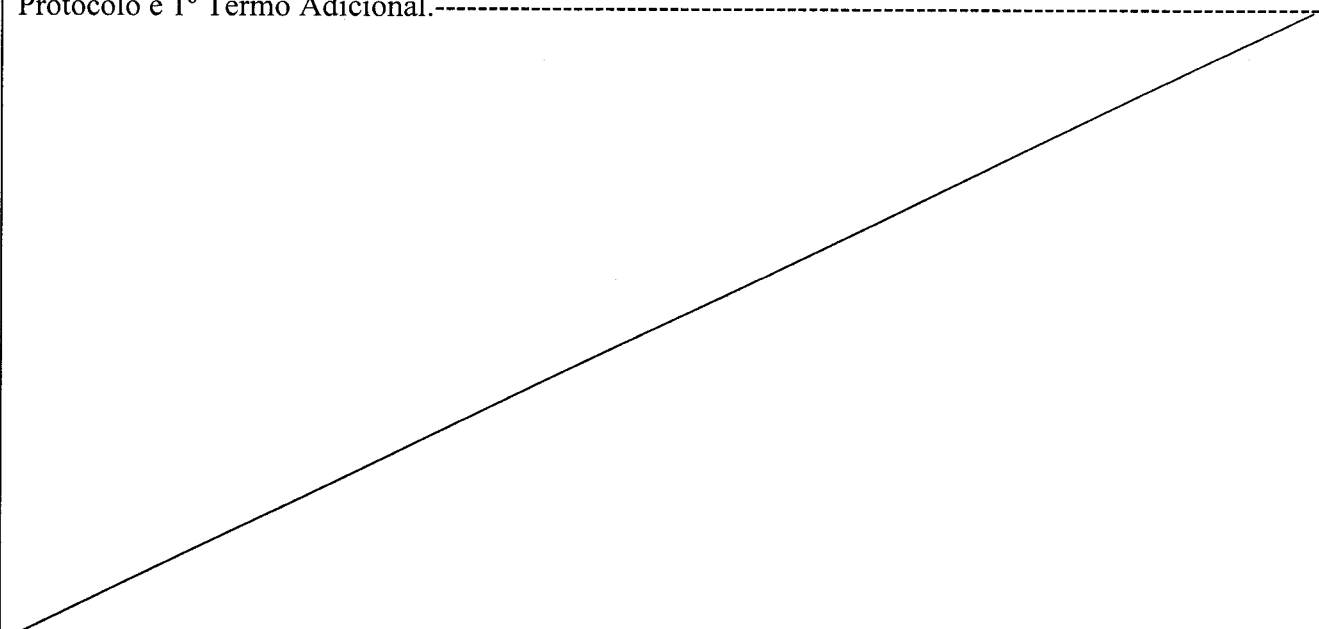
Presentes o Protocolo de Colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e a Universidade do Minho, em nove de maio último, e o 1º Termo Adicional ao mesmo Protocolo, para efeitos de ratificação pela câmara municipal.-----

O objetivo daquele Protocolo é a cooperação científica e técnica em domínios que foram considerados de interesse mútuo das partes para a promoção cultural, científica e técnica.-----

De harmonia com o previsto no Protocolo, foi celebrado o 1º Termo Adicional que tem por objeto a colaboração da Universidade do Minho com o Serviço Municipal de Proteção Civil, definindo as condições e obrigações inerentes ao desenvolvimento comum de ações de prevenção de incêndios.-----

Anexa-se cópia dos referidos documentos à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por quatro folhas, apenas utilizadas no anverso, rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de celebração do aludido Protocolo e 1º Termo Adicional.-----





[Handwritten signature]

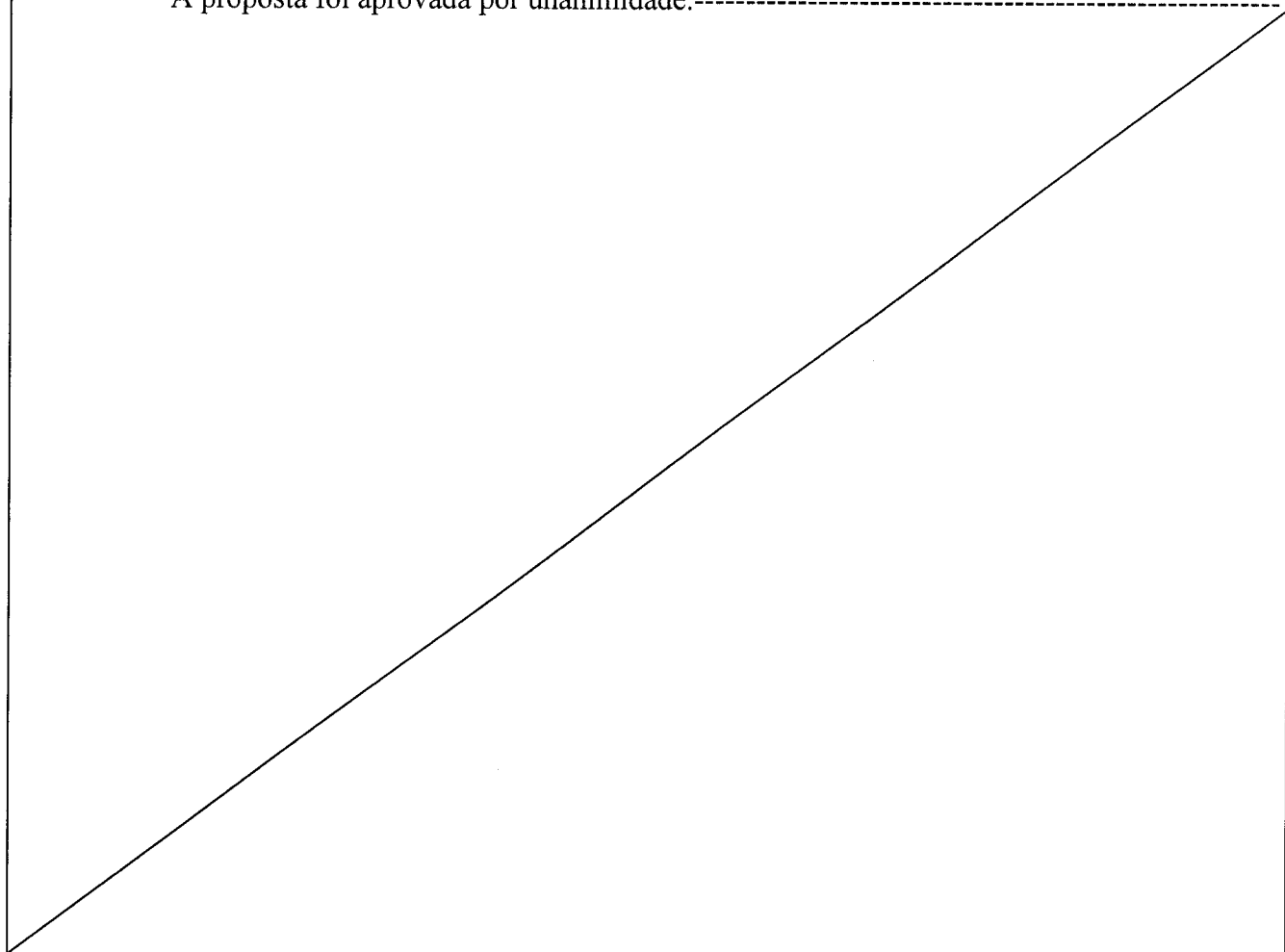
[Handwritten signature]

5. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA NO BANCO CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL.-----

Presente informação do Departamento Administrativo e Financeiro, de trinta de setembro findo, registada com o número dez mil duzentos e oitenta e oito, a solicitar autorização para abertura de uma conta bancária na Caixa Económica Montepio Geral, no balcão sito na Rua D. Nuno Alvares Pereira, Edifício São Bento, loja 8 e 9, da cidade de Santo Tirso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no ponto 2.9.10.1.2 do POCAL, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22 de fevereiro, deliberasse autorizar a abertura de uma conta na referida instituição bancária, nos termos da referida informação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

7

6. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA NO BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.-----

Presente informação do Departamento Administrativo e Financeiro, de trinta de setembro findo, registada com o número dez mil duzentos e oitenta e nove, a solicitar autorização para abertura de uma conta bancária no Banco Popular Portugal, S.A.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no ponto 2.9.10.1.2 do POCAL, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22 de fevereiro, deliberasse autorizar a abertura de uma conta na referida instituição bancária, nos termos da referida informação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram a favor da abertura de contas nas instituições bancárias Caixa Económica Montepio Geral e Banco Popular Portugal S.A. na expectativa que daí resultem vantagens claras para o município”.-----



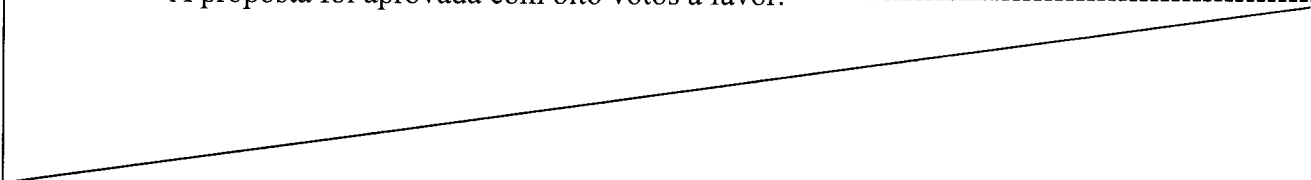
7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO COM A CAID – COOPERATIVA DE APOIO À INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE DUAS FRAÇÕES AUTONOMAS DE EDIFÍCIO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO SITO EM AREIAS.-----

Presente informação do departamento de desporto, educação, cultura e ação social, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e oito, sobre o pedido da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, de sete do mesmo mês de outubro, registado com o número dez mil trezentos e cinquenta e oito, a solicitar a cedência gratuita e em regime de permanência e exclusividade, através de um contrato de comodato, de duas frações autónomas do prédio constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Américo da Fonseca, n.ºs 16, 30, 44 e 50, da freguesia União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo três mil seiscentos e setenta e nove e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número setecentos e seis.-----

A diretora do referido departamento informa favoravelmente o pedido, propondo a cedência das frações autónomas designadas pelas letras E e L do referido edifício, nas condições constantes da minuta de contrato de comodato junta àquela informação, do qual se anexa cópia à presente ata fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por cinco folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse ceder à CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, em regime de contrato de comodato, as frações autónomas identificadas na cláusula primeira da referida minuta e nas demais condições previstas na mesma.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





A

9

Não participou na discussão e votação do ponto que antecede o senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa.-----

8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM DUAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS, TENDO POR OBJETO ESTABELECEER OS TERMOS E CONDIÇÕES DO APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de sete do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil trezentos e oitenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a submeter à aprovação da câmara municipal a minuta de Protocolo a celebrar com as Associações de Pais abaixo identificadas que tem por objeto definir as relações entre as partes de modo a suprir as necessidades dos respetivos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar no apoio a crianças com necessidades educativas especiais, estabelecendo, nomeadamente, as condições de contratação de auxiliares de educação infantil da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por dez folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

O período de vigência dos referidos Protocolos reporta-se ano letivo de dois mil e catorze/dois mil e quinze.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do Protocolo a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja – Areias e com a APEN – Associação de Pais das Escolas de Negrelos, resultando dos mesmos uma despesa para o município no montante global de 10.695,00 € (dez mil seiscientos e noventa e cinco euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual ficou cativeira a importância de 3.180,00 € (três mil cento e oitenta euros) relativamente à despesa a



A

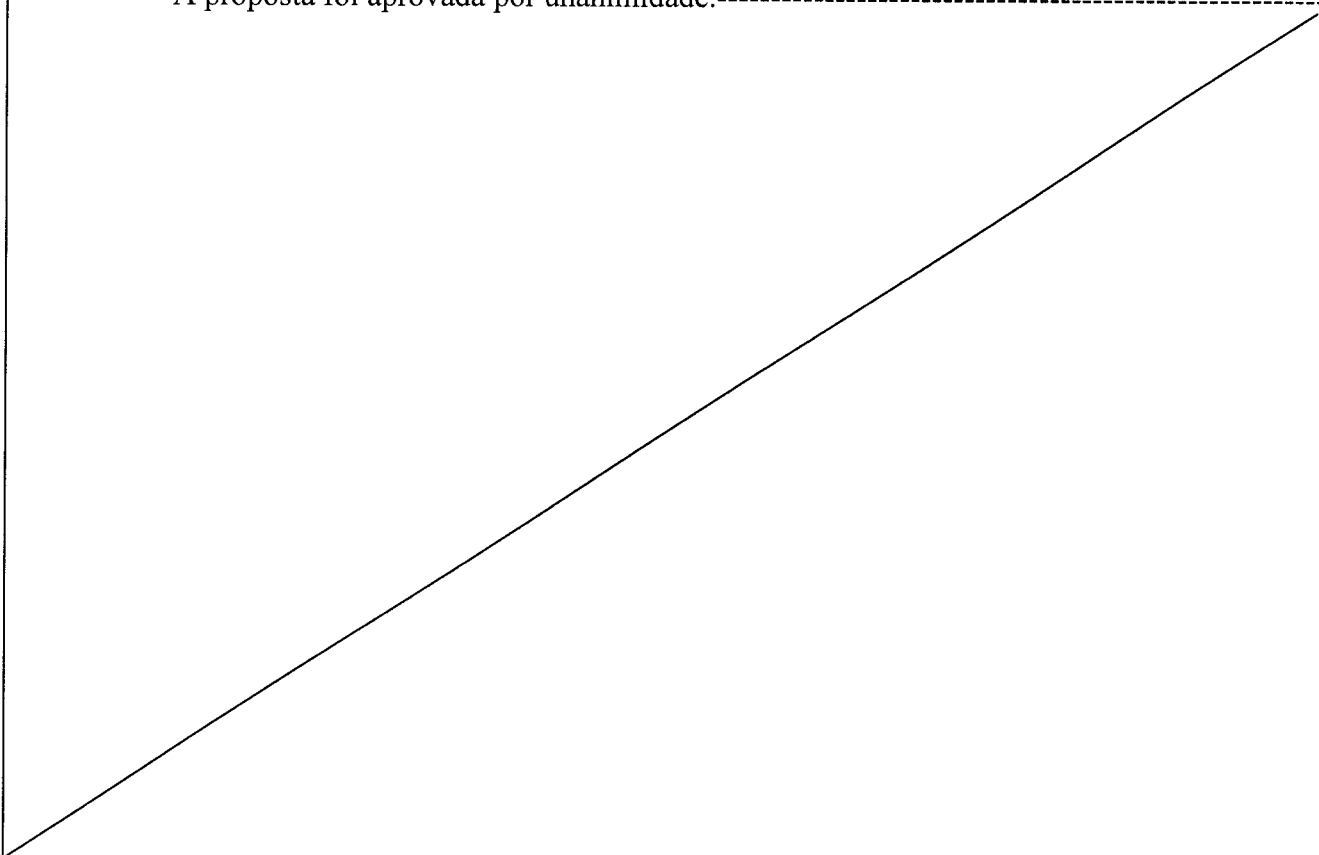
9

satisfazer no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 2487/2014.-----

Dos Protocolos resultam encargos plurianuais no ano económico em curso e no ano de dois mil e quinze, sendo 3.180,00 € (três mil cento e oitenta euros), no ano de dois mil catorze e 7.515,00 € (sete mil quinhentos e quinze euros), no ano de dois mil e quinze, pelo que, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de vinte e um de fevereiro, a presente deliberação será remetida à assembleia municipal para ratificação da decisão de assunção de compromissos plurianuais, inerentes a esta deliberação.-----

Os compromissos a satisfazer no ano económico em curso estão registados no sistema de contabilidade, conforme documentos números 2664/2014 e 2667/2014, ambos de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

9. COMPARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM O PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE CANTIM – REGUENGA.-----

Presente informação da divisão de educação, de seis do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil trezentos e setenta e seis, a comunicar que no início do ano letivo 2014/2015 foi necessário reavaliar as necessidades de prolongamento dos horários dos jardins-de-infância de modo a adequar os tempos de permanência na escola às necessidades das famílias. Pelo que mostra-se necessário reforçar as verbas atribuídas por deliberação da câmara municipal de catorze de janeiro último, à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola da Reguenga.

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Que a câmara municipal delibere reforçar as verbas anteriormente atribuídas à identificada Associação de Pais, sem prejuízo da manutenção do prazo de vigência e demais cláusulas contratuais do protocolo celebrado com a mesma entidade que passa a ser no montante mensal de 580,00 € (quinhentos e oitenta euros), nos meses de outubro a dezembro de dois mil e catorze.-----

Do reforço resulta uma despesa no montante global de 300,00 € (trezentos euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2486/2014.-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2661/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA – COLÓNIA DE FÉRIAS, DIRIGIDA À POPULAÇÃO SÉNIOR.-----

Presente informação da divisão de ação social, de seis do corrente de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e seis, a sugerir a atribuição de subsídio à União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, para ajudar a custear as despesas com a realização da colónia de férias organizada por esta junta, dirigida à população sénior, que envolveu quatrocentos e dezanove participantes.-----

O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e em aditamento à deliberação desta câmara municipal de vinte e quatro de junho último, deliberasse atribuir à União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, um subsídio no montante de 3.352,00 € (três mil trezentos e cinquenta e dois euros) para ajudar a custear as despesas com a realização da colónia de férias.-----

Face à competência da assembleia municipal prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal, a presente deliberação será remetida àquele órgão deliberativo para ratificação.

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2496/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2670/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DENOMINADA – AFR – ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE REBORDÕES PARA AS FESTAS EM HONRA DE S. TIAGO DE REBORDÕES.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

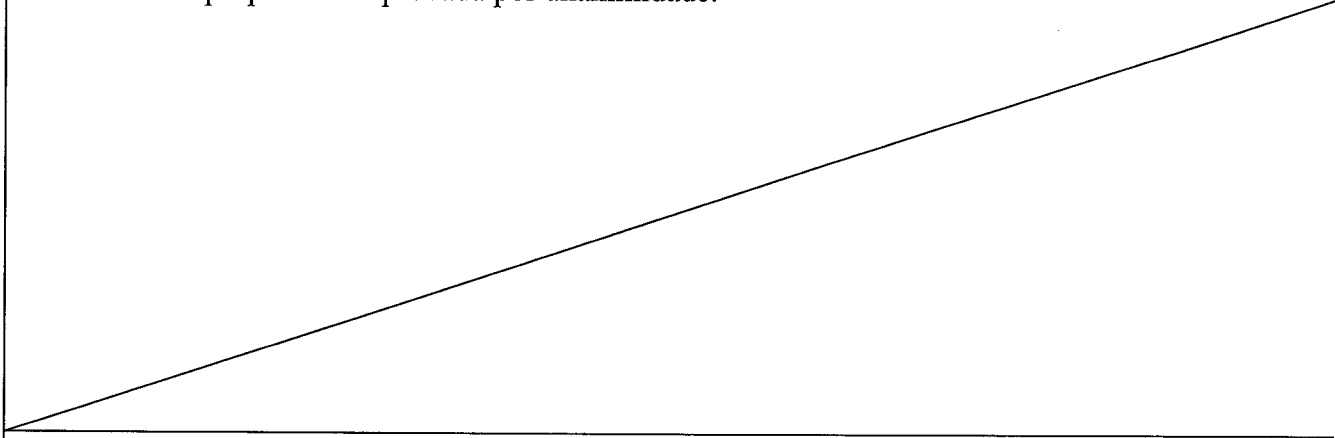
Em reunião da câmara municipal de um de abril último foi deliberado atribuir um subsídio no montante de 700,00 € (setecentos euros) à Comissão de Festas de S.Tiago de Rebordões, para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra de S. Tiago que se realizaram em julho último; -----

Sucede que à data da realização das festas, os membros daquela Comissão tinham já constituído uma associação denominada AFR – Associação de Festas de Rebordões, que tem por objecto a “organização e promoção de festas na vila de Rebordões e outras actividades associativas não especificadas”, pelo que foi já esta associação que assumiu as despesas com as festas em honra de S. Tiago de Rebordões;-----

Face ao exposto, e com a demais fundamentação constante daquela deliberação, propõe-se que a câmara municipal delibere atribuir um subsídio no montante de 700,00 € (setecentos euros), à identificada associação, pessoa colectiva número 513 155 899, e, consequentemente, delibere revogar a atribuição do mesmo subsídio à Comissão de Festas de S. Tiago de Rebordões.-----

O compromisso inerente a esta deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 1986/2014, de dezoito de julho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO (SÃO MARTINHO), S. SALVADOR DO CAMPO, NEGRELOS (SÃO MAMEDE) TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE FRAÇÃO AUTÓNOMA DE PRÉDIO URBANO DO MUNICÍPIO.-----

Presente ofício da junta de freguesia União das Freguesias de Campo (São Martinho), S. Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), de vinte e quatro de abril último, registado com o número quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis, a solicitar a cedência do direito de utilização duma fracção autónoma de prédio urbano propriedade do município, sito na Rua Quinta do Olival, Negrelos (São Mamede) destinada à organização de actividades de “desporto sénior”.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apresentação de propostas à assembleia municipal, deliberasse propor àquele órgão deliberativo, que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º1 do artigo 25º do mesmo diploma legal, delibere ceder à freguesia União das Freguesias de Campo (São Martinho), S. Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), o direito de utilização da fracção X do prédio urbano do município constituído em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Quinta do Olival, São Mamede de Negrelos, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número setecentos e dezasseis e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo dois mil quinhentos e sessenta.-----

A cedência será feita a título gratuito e nas demais condições constantes da minuta de Protocolo que fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composto por cinco folhas, todas rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



13. PROPOSTA DE REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO COM O FUTEBOL CLUBE TIRSENSE EM 13/02/2014.-----

Presente ofício de nove do corrente mês de outubro, do Futebol Clube Tirsense, registado com o número dez mil quinhentos e onze, a solicitar, nos termos do previsto na cláusula 6ª do Contrato Programa de desenvolvimento desportivo celebrado em treze de fevereiro último, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 21º do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, a revisão do mesmo contrato-programa, no sentido de serem aditados ao objeto do contrato previsto na cláusula primeira as iniciativas a seguir referidas, cujo custo global ascende ao montante de 118.000,00 € (cento e dezoito mil euros).-----

Iniciativas a aditar ao contrato programa:-----

- Criação do Gabinete médico para as camadas jovens – cuja estimativa orçamental é de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros);-----

- Instalação da Academia dos Jovens – cuja estimativa orçamental é de 73.000,00 € (setenta e três mil euros).-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando os pressupostos constantes do aludido contrato programa de desenvolvimento desportivo;-----

Considerando que a lei permite que os contratos programa possam ser revistos por “livre acordo das partes”;-----

Considerando que as iniciativas agora propostas pela atual direção do clube, melhor descritas no documento anexo ao referido ofício, permitem o desenvolvimento e melhoria da atividade física e do desporto na modalidade de futebol não profissional, entre as camadas etárias mais jovens;-----

Pelo que, a realização de tais iniciativas merece o apoio do município;-----



Considerando a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros) para apoiar a prossecução das referidas iniciativas;-----

A celebração do documento de revisão do contrato programa de desenvolvimento desportivo fica condicionada à apresentação pelo Futebol Clube Tirsense de certidões comprovativas de ter a sua situação tributária e contributiva regularizadas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município é suportado pelas rubricas orçamentais 080701 e 040701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2540/2014, desta data.-----

O compromisso inerente à revisão do contrato-programa a celebrar ficou registado no sistema de contabilidade, conforme documento com o número 2713/2014, desta data.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram favoravelmente esta proposta que tem subjacente uma alteração ao programa de desenvolvimento desportivo apresentado pelo Futebol Clube Tirsense, porque entendem que decorre da competência da câmara municipal apoiar o movimento associativo, nomeadamente as Associações com maior expressão e que projetam Santo Tirso. No entanto ficamos na expectativa que este procedimento seja encarado para o restante movimento associativo de Santo Tirso, entre outros para o Ginásio Clube de Santo Tirso e para o Clube Desportivo das Aves. Por último lamentamos que uma vez mais a câmara não tenha respeitado os prazos legais e que os vereadores do Partido Social Democrata tenham sido confrontados com uma informação escrita (ofício de Futebol Clube Tirsense) durante a reunião da câmara”.-----



14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM DIVERSAS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro, e artigos 46º e 47º da Lei 5/2007, de 16 de janeiro, e ao abrigo da sua competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as associações a seguir identificadas, de folhas trinta e seis a cento e sessenta e quatro da presente ata:-----



14. A) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE KARATÉ E ATLETISMO DE RORIZ: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de oito de setembro findo, da associação denominada Núcleo de Karaté e Atletismo de Roriz, também conhecido por Núcleo de Atletismo de Roriz, registado com o número nove mil setecentos e oitenta e quatro, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 504 848 739;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em sete de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., em onze de setembro findo, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2481/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2655/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

38

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O “NÚCLEO DE KARATÉ E ATLETISMO DE RORIZ”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Luís Moura da Silva, natural do concelho de Santo Tirso, portador do bilhete de identidade n.º 03874227, residente na Freguesia de Roriz, em Santo Tirso, Presidente do “Núcleo de Karaté e Atletismo de Roriz”, também conhecido por núcleo de Atletismo de Roriz, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 504 848 739, com sede na Rua S. Sibrão, n.º 48, Samoça, na Freguesia de Roriz, em Santo Tirso, adiante designada por NAR.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que o Núcleo de Atletismo Roriz movimenta um elevado número de praticantes da modalidade de Karaté;

Considerando que o Núcleo de Atletismo Roriz participa em dezenas de provas de carácter Regional, Nacional e Internacional;

Considerando que o Núcleo de Atletismo Roriz movimenta um elevado número de praticantes da modalidade de atletismo;

Considerando que o Núcleo de Atletismo Roriz tem elevadas despesas na participação das referidas provas.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Núcleo de Atletismo Roriz":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela NAR, que a seguir se enuncia:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

40

- Participação em provas de âmbito regional, nacional e internacional da modalidade de karaté;
- Participação em provas de atletismo "Meias-Maratonas".

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 11.730,00 euros (onze mil e setecentos e trinta euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 400€ (quatrocentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

41

3- A NAR obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da NAR

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da NAR assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da NAR confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.



Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

42



Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2481 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2655 datado de 8 de outubro de 2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

43

O Núcleo de Atletismo de Roriz tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, no dia 11 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 7 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



NKAR – Núcleo de Karaté e Atletismo de Roriz

Orçamento para a época 2014

RÚBRICAS	IMPORTÂNCIA
CUSTOS E PERDAS	
<u>KARATE</u>	
Estágios Nacionais *	1.000€
Treinos de Treinadores	400€
Treinos de Graduados Nacionais	800€
Treinos de Graduados Regionais	400€
Campeonatos Nacionais F.N.K.P.	3.000€
Campeonatos Regionais F.N.K.P.	700€
Campeonato Nacional da L.P.K.S.	800€
Taças Nacionais do C.P.K.	800€
Treinos de Desenvolvimento Competitivo	500€
Torneios Nacionais e Internacionais	600€
<u>ATLETISMO</u>	
Meias-Maratonas **	1.700€
Provas Associativas	210€
Provas Inter-Clubes	500€
Custos e Perdas Extraordinários	320€
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	11.730€

* - Estágio de Inverno (Zona Norte); Estágio da Primavera (Zona Sul); Estágio de Verão (Zona Centro)

** - Meias-Maratonas (Lisboa/Nazaré/Porto/Póvoa)





A

14. B) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A UNIÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de um de setembro findo, da associação denominada União Desportiva e Cultural de Santo Tirso, registado com o número nove mil oitocentos e noventa e dois, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 503 006 270;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em nove de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em onze de setembro findo, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



A

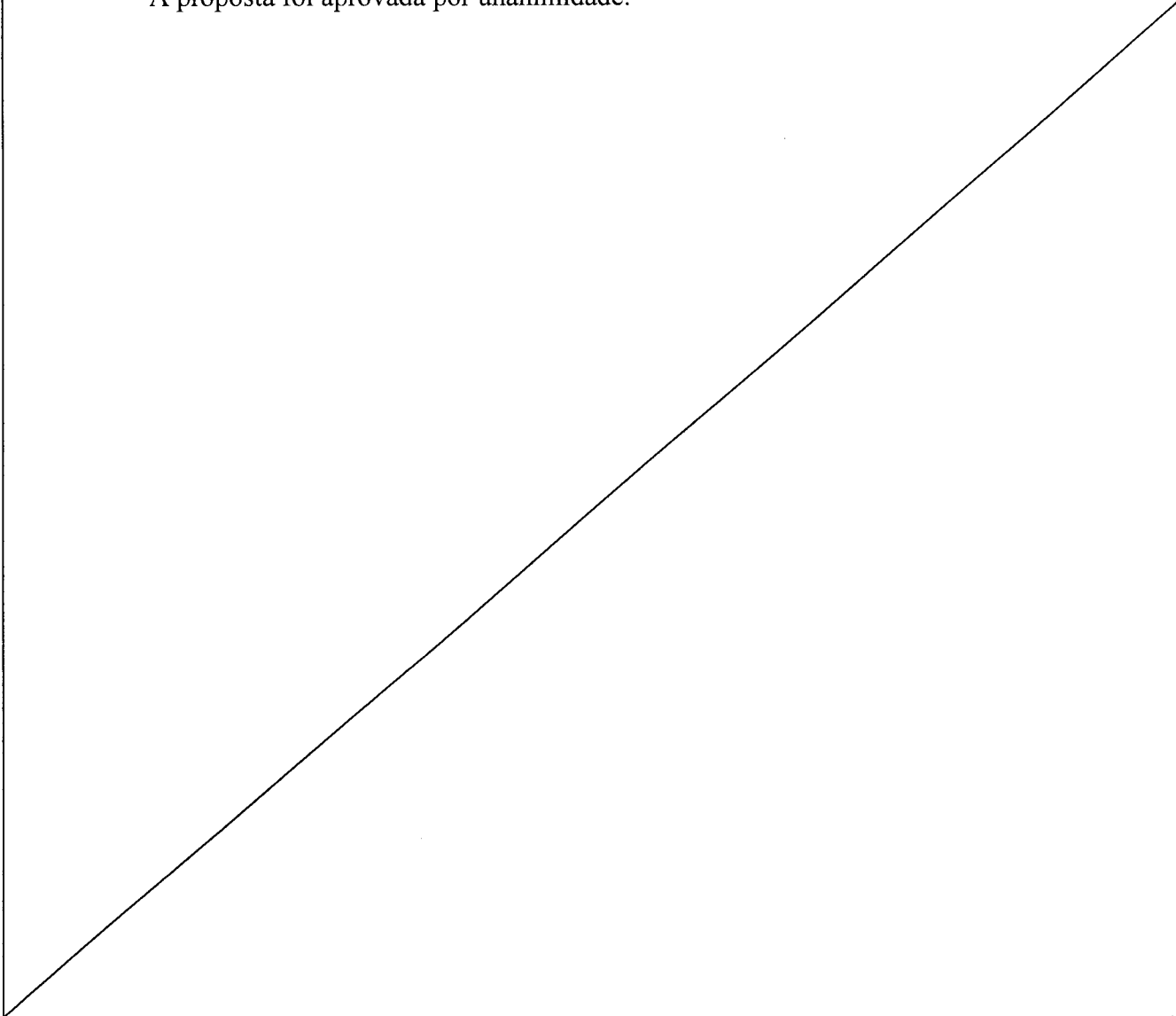
27

Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2382/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2651/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

47

A

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “UNIÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SANTO TIRSO (AB92)”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Adelino da Costa e Silva, natural de Santo Tirso, concelho de Santo Tirso, portador do Bilhete de Identidade n.º 6703324, residente na Rua São João de Brito, n.º 23, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, Presidente da “União Desportiva e Cultural de Santo Tirso-AB92”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 503 006 270, com sede na Travessa Dr. José Cardoso de Miranda, n.º99, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, adiante designada por AB92.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

48



Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a União Desportiva e Cultural de Santo Tirso (AB92) movimenta um elevado número de atletas jovens e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal;

Considerando que a União Desportiva e Cultural de Santo Tirso (AB92) tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futsal, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal;

Entre o Município de Santo Tirso e a “União Desportiva e Cultural de Santo Tirso (AB92)”:

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

49

disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela União Desportiva e Cultural de Santo Tirso (AB92), que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal, nos diversos escalões;
- Criação de uma secção de atletismo e pesca.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 9.500,00 euros (nove mil e quinhentos euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 500 € (quinhentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.



Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A AB92 obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da AB92

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da AB92 assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato;
- c) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato



À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da AB92 confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da participação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

52

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2382 de 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2651 datado de 08 de outubro de 2014.

A União Desportiva e Cultural de Santo Tirso tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 11 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 09 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



ANEXO I

- CRIAÇÃO DA SECÇÃO DE ATLETISMO, BEM COMO A DE PESCA.

(Verba orçamentada +-2'500€)

- PARTICIPAR EM TODAS AS ORGANIZAÇÕES LEVADAS A CABO PELA CÂMARA MUNICIPAL
DE SANTO TIRSO, OU PELA UNIÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE SANTO TIRSO

(Verba orçamentada – água, luz e gás+- 7.000€)

- CRIAR CONDIÇÕES PARA QUE TODOS OS JOVENS TENHAM DIREITA AO DESPORTO, MAN-
TENDO AS NOSSAS INSTALAÇÕES ABERTAS A TODOS, ALIÁS COMO JÁ ACONTECE.



14. C) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CULTURAL E DESPORTIVA: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de vinte e quatro de fevereiro último, da associação denominada ABCD – Associação do Bairro Cultural e Desportiva, registado com o número dois mil trezentos e onze, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 502 039 108;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia um do corrente mês de outubro, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em dois do mesmo mês, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



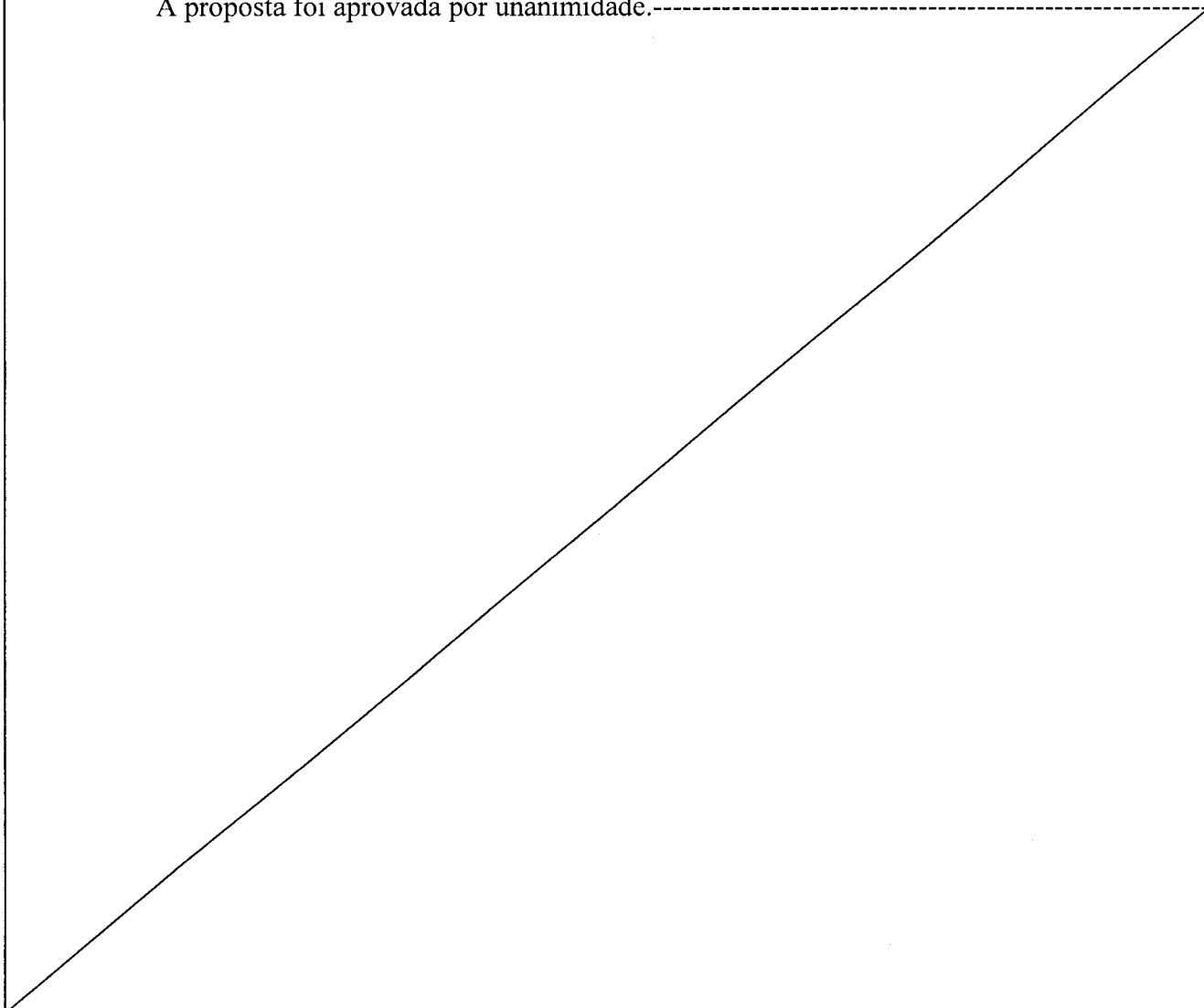
A

Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1243/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1386/2014, de vinte e um de maio último.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

56

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CULTURAL E DESPORTIVA"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Joaquim António Gomes Miranda, casado, natural de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 8548536, residente na Rua Plácido de Carvalho, n.º 94, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, Presidente da "Associação do Bairro Cultural e Desportiva", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 502039108, com sede na Rua da Felicidade, s/n, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, adiante designada por ABCD.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

57

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação do Bairro Cultural e Desportiva movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Associação do Bairro Cultural e Desportiva tem elevadas despesas na participação no designado Campeonato nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação do Bairro Cultural e Desportiva":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

58

divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ABCD, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 6.200,00 euros (seis mil e duzentos euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.000,00€ (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de participação

- 1- O pagamento da participação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A participação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

59

3- A ABCD obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ABCD

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ABCD assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ABCD confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.



Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

60

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL n.º 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ -- de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1243/2014 .

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 1386 datado de 21 de maio de 2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

61

A Associação do Bairro Cultural e Desportiva tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 2 de outubro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 1 de outubro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

**ABCD - ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO - CULTURAL E DESPORTIVA**

FUNDADA EM 13-5-1988

RUA DA FELICIDADE (BAIRRO) - 4780-188 SANTA CRISTINA DO COUTO - SANTO TIRSO

PROGRAMA DESPORTIVO PARA O ANO DE 2014

NO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2014, A ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO – CULTURAL E DESPORTIVA, “ABCD”, TEM NO SEU PROGRAMA DESPORTIVO AS SEGUINTESS MODALIDADES:

-PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR:

Atividade destinada aos jovens e seniores, a partir dos 16 anos de idade.

As despesas previstas para participar nesta atividade têm no orçamento o valor de 6 200,00 €, estando distribuídas com os custos de aluguer de campo (3 000,00 €), seguro dos atletas (1 050,00 €), pagamento aos árbitros (950,00 €) e aquisição e manutenção de equipamentos 1 200,00 €.

-PARTICIPAÇÃO NO TORNEIO DE VETERANOS:

Atividade desportiva em curso e que tem sido muito interessante para este escalão etário, havendo interesse em continuar a participar. Para apoio logístico deste programa o “ABCD” prevê gastar 350,00 €

-EDUCAÇÃO FÍSICA (no salão da sede):

1. Ginástica Infantil para crianças;
2. Aeróbica para jovens e adultos;
3. Dança para adultos;
4. Hip Hop, para todos

Estas atividades serão desenvolvidas nas instalações da associação, dando continuidade ao trabalho já realizado nos últimos anos. A aquisição e manutenção do material necessário, assim como, a limpeza do espaço, rondarão a quantia, durante o ano, de 850,00 €.

-TÉNIS DE MESA:

Devido às boas condições que esta associação tem para a prática do ténis de mesa, deseja incentivar os jovens da localidade para esta modalidade desportiva. A despesa prevista será de 200,00 €.

O Presidente da Direção,

(Joaquim Miranda)



A

→

14. D) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE LAMELAS: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício da associação denominada Associação Cultural e Desportiva de Lameelas, registado com o número três mil quatrocentos e vinte e cinco, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.--

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 501 704 779;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e nove de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em trinta de setembro findo, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as



subsequentes seis folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2447/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2633/2014, de seis do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

65

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE LAMELAS"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: António Alves Monteiro Branco, casado, natural de Lamelas, concelho de Santo Tirso, portador do Bilhete de Identidade n.º 2828878, vitalício, residente na Rua Santa Eulália, n.º 506, da União de Freguesias de Lamelas e Guimarei, Presidente da "Associação Cultural e Desportiva de Lamelas", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 501704779, com sede na Rua Santa Eulália, n.º 506, da União de Freguesias de Lamelas e Guimarei, adiante designada por ACDL.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Cultural e Desportiva de Lamelas movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes nas suas participações no Campeonato Concelhio de Futebol Amador

Considerando que a Associação Cultural e Desportiva de Lamelas movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes nas suas participações no Campeonato Concelhio de Futsal nos escalões de escolinhas e sénior feminino;

Considerando que a Associação Cultural e Desportiva de Lamelas tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal;

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Cultural e Desportiva de Lamelas":



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

67

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ACDL, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador, cujo orçamento é no valor de 8.750,00€ (oito mil setecentos e cinquenta euros);
- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal nos escalões de Escolinhas e Seniores Feminino, cujo valor é no montante global de 1.150,00€ (mil cento e cinquenta euros).

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo referido na cláusula primeira, com um custo que ascende a 9.900,00 euros (nove mil e novecentos euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1000 € (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

68

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A ACDL obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ACDL

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ACDL assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato;
- c) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

69

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ACDL confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

70

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2447 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2633 datado de 08 de outubro de 2014.

A Associação Cultural e Desportiva de Lamelas tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 30 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 29 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



14. E) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO DESPORTIVO VALE DO AVE: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente comunicação enviada por e-mail de vinte e sete de fevereiro último, da associação denominada Grupo Desportivo Vale do Ave, registada com o número dois mil duzentos e setenta e cinco, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 507 706 498;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e três de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efectuada no dia treze do corrente mês de outubro ao sítio na internet da Segurança Social, cuja informação assim obtida é válida por seis meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



A

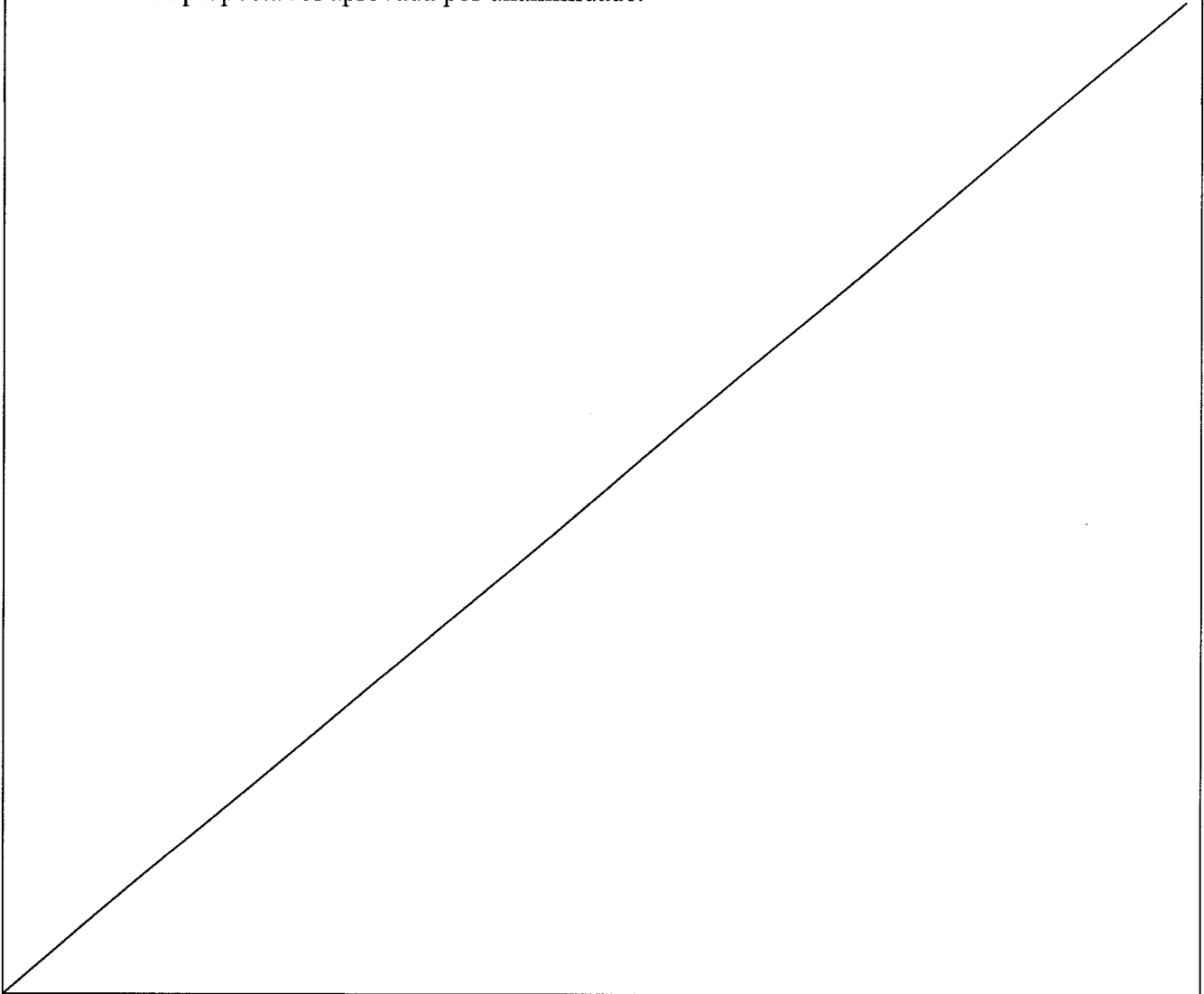
7

Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2381/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2579/2014, de trinta de setembro findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

73

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "GRUPO DESPORTIVO VALE DO AVE"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Nuno Filipe Lima Cardoso, casado, natural da freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães, portador do Cartão de Cidadão n.º 12095091, válido até 05/01/2015, residente na Travessa da Carreira, n.º 27, na Freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, Presidente do "Grupo Desportivo Vale do Ave", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 507706498, com sede na Travessa da Carreira, n.º 27, na Freguesia de Vila das Aves, Concelho de Santo Tirso, adiante designada por GDVA.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

74

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que o Grupo Desportivo Vale do Ave movimenta um considerável número de atletas jovens e dirigentes na escola de futsal e na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal;

Considerando que o Grupo Desportivo Vale do Ave desenvolve atividades de promoção do futsal e de âmbito social, como a organização do "Dia GDVA" e o "Torneio GDVA-ASAS";

Considerando que o Grupo Desportivo Vale do Ave tem despesas com a formação desportiva dos atletas, nomeadamente com inscrições, seguros, deslocações e equipamentos, e com a organização das referidas atividades.

Entre o Município de Santo Tirso e o "Grupo Desportivo Vale do Ave":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

75

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pelo GDVA, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal e promoção da formação desportiva através da escola de futsal;
- Organização do "8º Dia GDVA" e "2º Torneio GDVA-ASAS".

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 16.870,00 euros (dezasseis mil oitocentos e setenta euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 500 € (quinhentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

76

1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.

2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- O GDVA obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do GDVA

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do GDVA assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

77

1- O incumprimento do presente contrato por parte do GDVA confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

78

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2381 de 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2579 datado de 30 de setembro de 2014.

O Grupo Desportivo Vale do Ave deu consentimento ao MST para consulta da sua situação contributiva, tendo este comprovado que o GDVA tem a situação regularizada perante a Segurança Social. A autorização de consentimento data de dia 23 de maio de 2013.

O Grupo Desportivo Vale do Ave tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 23 de setembro de 2014, válida pelo período de três meses.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



GRUPO DESPORTIVO VALE DO AVE
Fundado em 26 de Abril de 2006

Programa de Desenvolvimento Desportivo Ano de 2014

A actividade desportiva do Grupo Desportivo Vale do Ave no ano de 2014 contemplará a participação das equipas de infantis, iniciados e juvenis no campeonato concelhio da Câmara Municipal de Santo Tirso e a continuidade da escola de futsal, escalão sem competição aberto a atletas com idades compreendidas entre os 4 e os 10 anos.

De seguida apresenta-se a previsão de custos associada a cada actividade.

GRUPO DESPORTIVO VALE DO AVE	Previsão de custos - 2014	
	Escola de futsal GDVA (4-10 anos)	
	Aluguer pavilhão - terça (18h-19h) e sábado (12h-13h)	1,840 €
	Departamento médico	100 €
	Material desportivo	200 €
	Remuneração treinador	920 €
		3,060 €
	Equipa Infantil de futsal (11-12 anos)	
	Campeonato concelhio da CMST	
	Aluguer pavilhão - 2ª feira (18h-19h), 4ª feira (18h-19h) e sábado (11h-12h)	2,300 €
	Departamento médico	100 €
	Material desportivo	200 €
	Remuneração treinador	1,380 €
		3,980 €
	Equipa Iniciados de futsal (13-14 anos)	
	Campeonato concelhio da CMST	
	Aluguer pavilhão - 4ª feira (18h-19h), 5ª feira (18h-19h) e sábado (10h-11h)	2,300 €
	Departamento médico	100 €
	Material desportivo	200 €
	Remuneração treinador	1,380 €
		3,980 €
	Equipa Juvenis de futsal (15-16 anos)	
	Campeonato concelhio da CMST	
	Aluguer pavilhão - 4ª feira (1h a definir), 5ª feira (1h a definir) e sábado (09h-10h)	2,300 €
	Departamento médico	100 €
	Material desportivo	200 €
	Remuneração treinador	1,380 €
		3,980 €
	8º Dia GDVA	
	Impressão autorizações participação (1500)	50 €
	Lanches (300)	450 €
	Pavilhão (8 horas)	160 €
	Treinadores (futsal + aeróbica)	160 €
	Lembranças participantes (300)	1,050 €
		1,870 €
TOTAL 2014		16,870 €



14. F) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE CALDAS: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente officio de vinte e três de março findo, da associação denominada Futebol Clube Caldas, registado com o número quatro mil trezentos e sete, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.--

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 502 678 950;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e três de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em vinte e quatro do mesmo mês, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

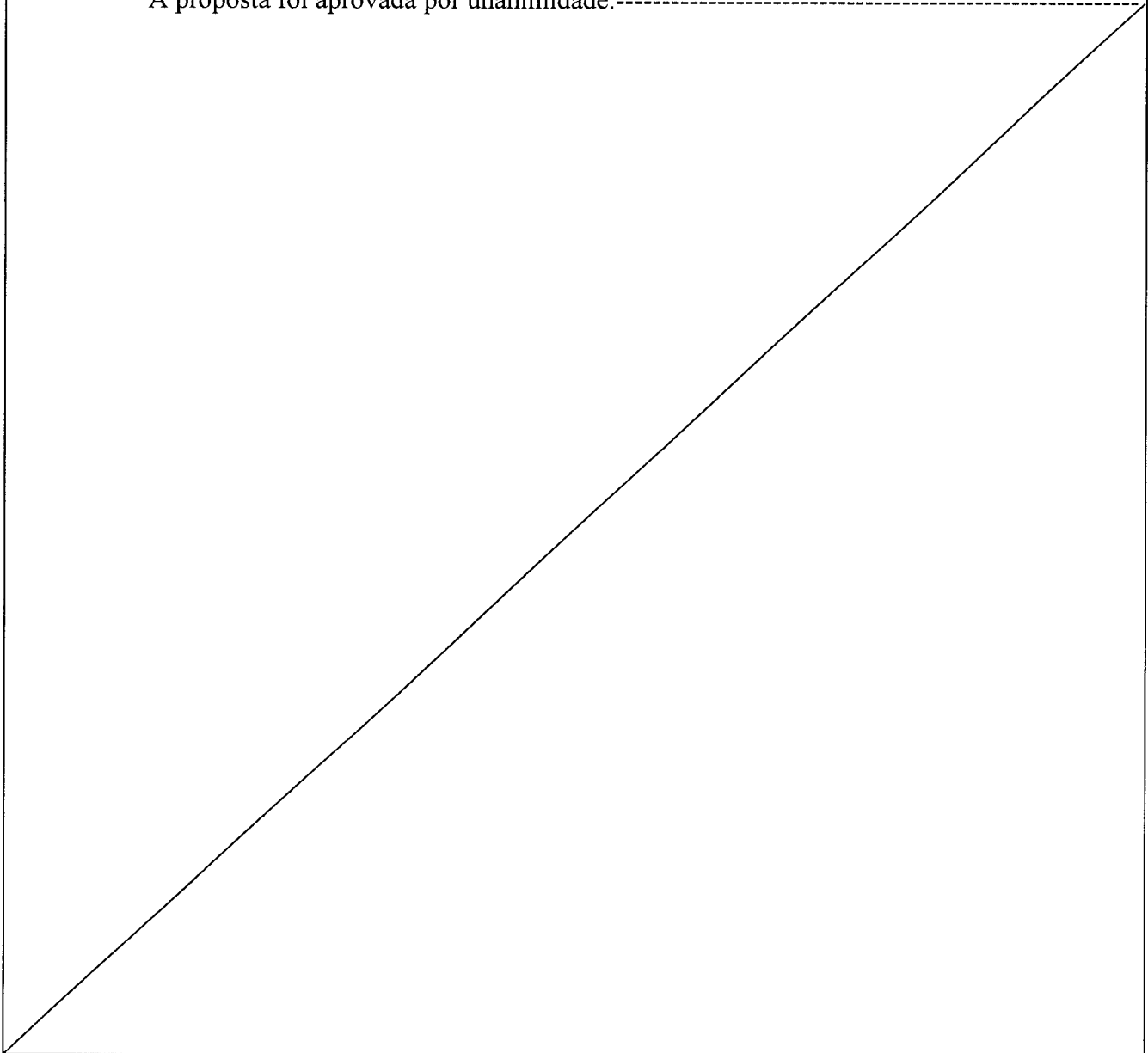


A

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2382/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2649/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "FUTEBOL CLUBE CALDAS"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Adelino Fernando Pinheiro de Sousa, casado, natural de Areias, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 05920608, residente na Rua de Bom Jesus de Penso, n.º 605, em Ávidos, Vila Nova de Famalicão, Presidente da "Futebol Clube Caldas", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 502678950, com sede na Rua Joaquim Pires de Lima, n.º 105 – Ap. 18, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Areias, Lama Sequeirô e Palmeira, concelho de Santo Tirso, adiante designada por FCC.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Futebol Clube Caldas movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Futebol Clube Caldas movimenta um elevado número de atletas jovens e Dirigentes na sua participação no Campeonato Distrital de Futebol 11 na A.F.P nos escalões de infantis e iniciados;

Considerando que a Futebol Clube Caldas tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Futebol Clube Caldas":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pelo FCC, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;
- Participação no Campeonato Distrital de Futebol 11 na A.F.P (infantis e iniciados).

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 15.200,00 euros (quinze mil e duzentos euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 2.000 € (dois mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.

2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- O FCC obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do FCC

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do FCC assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

1- O incumprimento do presente contrato por parte do FCC confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2382 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2649 datado de 08 de outubro de 2014.

A Futebol Clube Caldas tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 24 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 23 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

**FUTEBOL CLUBE CALDAS**

(Fundado em 10 Junho de 1959)
CALDAS DA SAÚDE

Programa de Desenvolvimento Desportivo para o
Ano 2014

Actividades desportivas a desenvolver:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador
- Participação em torneio no escalão de Veteranos
- Participação no Campeonato Distrital de Futebol 11 na A.F.P (escalão de infantis)
- Participação no Campeonato Distrital de Futebol 11 na A.F.P (escalão de iniciados)

Custo estimado com o Programa:

- Campeonato Concelhio de Futebol Amador: Valor de 2200€
- Torneio em escalão de veteranos: Valor de 500€
- Campeonato Distrital de Futebol 11 na A.F.P. (escalão de infantis): Valor de 5000€
- Campeonato Distrital de Futebol 11 na A.F.P. (escalão de iniciados): Valor de 5000€

Custo Diversos:

- Custos relacionados com as actividades do plano de actividades: Valor de 2500€

Custo estimado total do Programa: Valor de 15.200€

Caldas da Saúde, Março 2014



14. G) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A UNIÃO DESPORTIVA DE SÃO MAMEDE: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente officio de vinte e um de fevereiro último, da associação denominada União Desportiva de São Mamede, registado com o número dois mil trezentos e quarenta, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 501 460 713;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e seis de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em vinte e quatro de setembro findo, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.700,00 € (mil e setecentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



[Handwritten mark]

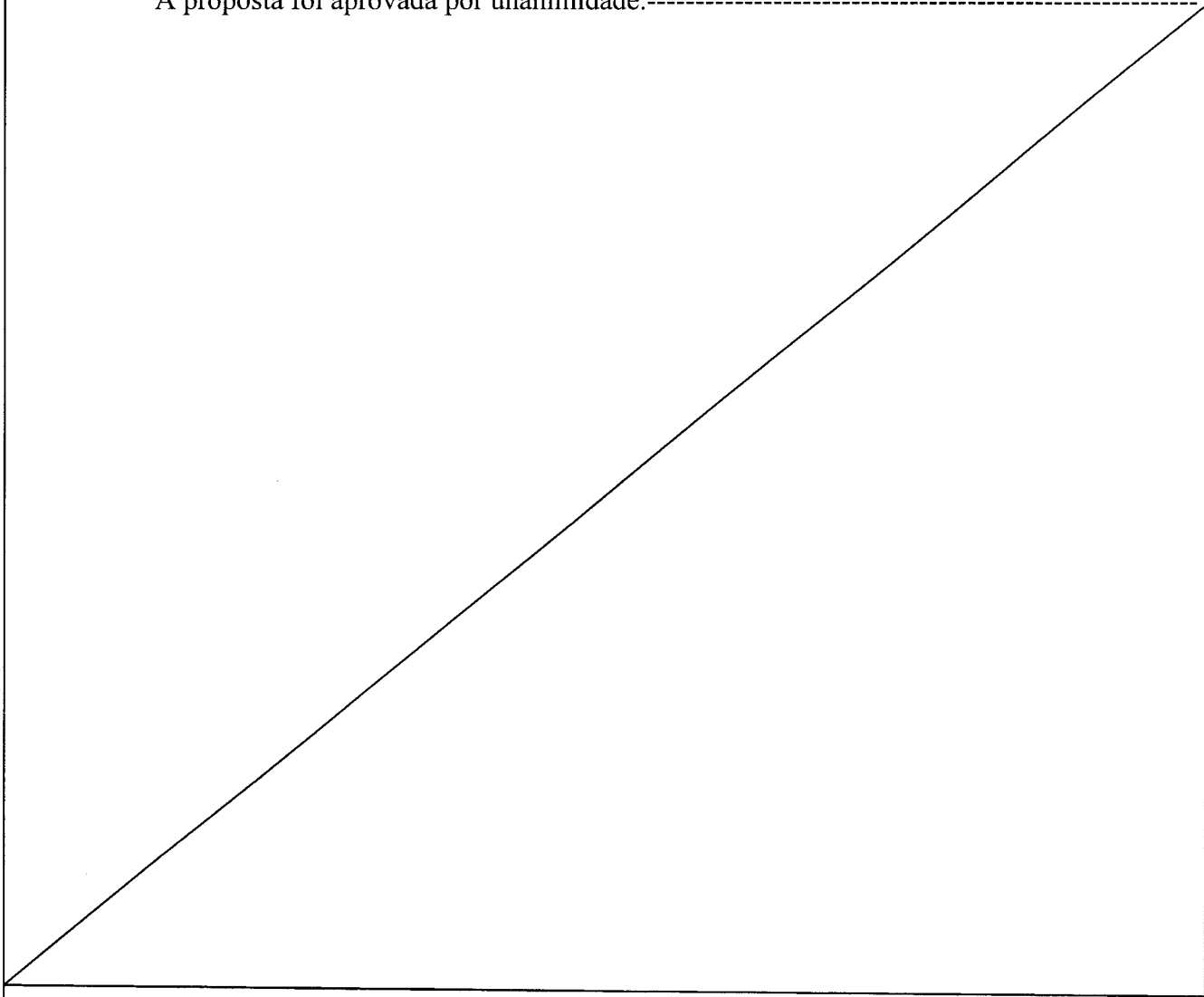
[Handwritten mark]

Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2379/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2577/2014, de trinta de setembro findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "A UNIÃO DESPORTIVA DE SÃO MAMEDE"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Eduardo Jorge Soares Devesa Carneiro, casado, natural da freguesia de São Mamede de Negrelos, concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 08220629, válido até 20/04/2017, residente na Travessa 2 da Rua Aldares, n.º 109, na freguesia da União de Freguesias de Campo (São Martinho), S. Salvador do Campo, Negrelos (São Mamede), concelho de Santo Tirso, Presidente da "A União Desportiva de São Mamede", o qual outorga em nome e em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 501460713, com sede na Rua Quinta do Olival 403 C Bloco B, Fração Q, da referida freguesia e concelho, adiante designada por UDSM.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

92

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a União Desportiva de São Mamede movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a União Desportiva de São Mamede movimenta um elevado número de atletas jovens e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal nos escalões de escolinhas, juniores e seniores femininos;

Considerando que a União Desportiva de São Mamede tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros, arbitragens e aluguer de recintos desportivos.

Entre o Município de Santo Tirso e a "A União Desportiva de São Mamede":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

93

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela UDSM, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;
- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal nos escalões escolinhas, juniores e seniores femininos.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 14.995,00 euros (catorze mil novecentos e noventa e cinco euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.700 € (mil e setecentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

94

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A UDSM obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da UDSM

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da UDSM assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

95

1- O incumprimento do presente contrato por parte da UDSM confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

96

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2379 de 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2577 datado de 30 de setembro de 2014.

A União Desportiva de São Mamede tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 24 de setembro 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 26 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

A União Desportiva de S. Mamede

Programa de Desenvolvimento Desportivo 2014

Actividades Desportivas a Desenvolver:

Participação no campeonato concelhio de futebol amador
Participação no campeonato Intermunicipal FFPN
Participação no campeonato concelhio de futsal (escalão escolinhas)
Participação no campeonato concelhio de futsal (escalão juniores)
Participação no campeonato concelhio de futsal (escalão seniores feminino)

Custos do Programa

Valor:

Campeonato concelhio de futebol amador (seniores)	9.300,00 €
Campeonato Intermunicipal FFPN (seniores)	1.465,00 €
Campeonato concelhio de futsal (escalão escolinhas)	1.410,00 €
Campeonato concelhio de futsal (escalão juniores)	1.410,00 €
Campeonato concelhio de futsal (escalão seniores feminino)	1.410,00 €

Custo Total do Programa:

14.995,00 €

O Presidente:

Eduardo Jorge Soares Devesa Carneiro:





14. H) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício da associação denominada Monte Córdova Futebol Clube, registado com o número dois mil duzentos e cinco, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 501 631 470;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e quatro de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em vinte e cinco do mesmo mês, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as



A

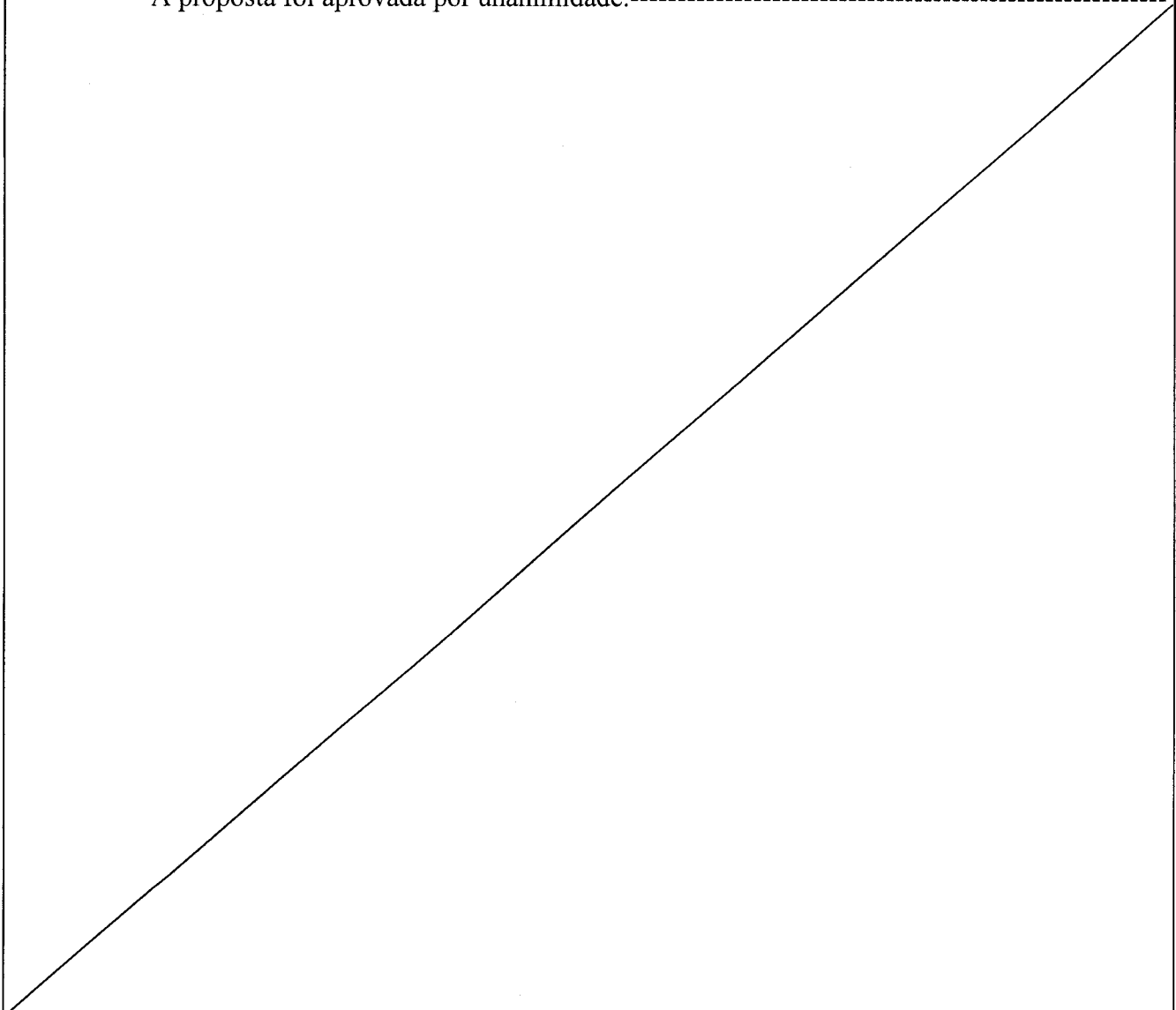
[Handwritten signature]

subsequentes oito folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2382/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2650/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Fernando Isaías da Silva Ferreira Leal, casado, natural de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 9125370, válido até 23-01-2016, residente na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 1114, em Monte Córdova, Presidente do "Monte Córdova Futebol Clube" o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 501631470, com sede na rua da Solidariedade, da freguesia de Monte Córdova do Concelho de Santo Tirso, adiante designada por MCFC.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que o Monte Córdova Futebol Clube movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Distrital da 2ª Divisão, série 1 da Associação de Futebol do Porto;

Considerando que o Monte Córdova Futebol Clube movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal no escalão de infantis e na liga Mini do Futuro no escalão de escolinhas;

Considerando que o Monte Córdova Futebol Clube tem elevadas despesas na participação no designado Campeonato nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal.

Entre o Município de Santo Tirso e o "Monte Córdova Futebol Clube":



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pelo MCFC, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal com equipa no escalão de infantis;
- Participação no Campeonato Distrital da A.F. do Porto com equipa no escalão sénior, na 2ª Divisão, série 1 de futebol de 11;
- Participação na Mini Liga do Futuro com equipa no escalão de escolinhas.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 18.020,00 euros (dezoito mil e vinte euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.000 € (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- O MCFC obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do MCFC

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do MCFC assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato;
- c) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte do MCFC confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ -- de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de participação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2382 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2650 datado de 8 de outubro de 2014.

O Monte Córdova Futebol Clube tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 25 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 24 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

**MONTE CÓRDIVA FUTEBOL CLUBE****Equipa Sénior**

Para a presente época o orçamento da equipa sénior do Monte Córdova F.C. ronda os 15.450 (quinze mil e quatrocentos e cinquenta euros).

O orçamento encontra-se distribuído da seguinte forma:

Descrição	Valor
Luz	2.600,00€
Gás	700,00€
Seguros	650,00€
Hospital, Farmácia, Tratamento de atletas	600,00€
Transporte	800,00€
Material desportivo e Tipografia	3.000,00€
Manutenção do campo	1.200,00€
Lavagem de equipamentos	800,00€
Inscrição da equipa na Ass. Fut. Do Porto	4.000,00€
Taxa de Jogos em casa	1.100,00€

Com a entrada neste novo desafio, que é o campeonato distrital, os custos para a coletividade são mais avultados, daí contarmos com a concessão do subsídio para que possamos cumprir com sucesso este Programa de Desenvolvimento Desportivo.



MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE

Orçamento

Departamento de Formação

Para a presente época desportiva o orçamento do departamento de formação ronda os 2570,00€ (Dois mil, quinhentos e setenta euros).

O presente orçamento encontra-se distribuído da seguinte forma:

Descrição	Valor
Comunicações	360,00€
Lanches dos atletas	400,00€
Material Desportivo	300,00€
Logística (fotocópias; tinteiros; material escritório; combustível)	910,00€
Luz e gás	600,00€

Este orçamento reflecte os valores gastos anualmente em comunicações com os pais dos atletas; em lanches oferecidos aos atletas após os jogos; em material desportivo que ao longo do ano é necessário reforçar e logística, concretamente em fotocópias de fichas e folhas de avisos, tinteiros, canetas e ajuda do combustível para as deslocações dos jogos das equipas.

Apesar dos tempos de crise, o departamento de formação vai continuando o seu percurso, procurando crescer de forma sustentada e visando o sucesso a longo prazo. O apoio dos pais, o interesse dos jovens atletas e a ajuda do clube é que tornam o crescimento destes jovens atletas como jogadores e como homens possível.



14. I) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de sete de fevereiro último, da associação denominada Futebol Clube de Rebordões, registado com o número dois mil duzentos e cinquenta, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 502 075 341;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em nove do corrente mês de outubro, válida por seis meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efectuada ao sitio da internet da Segurança Social, em treze do corrente mês de outubro, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; -----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento

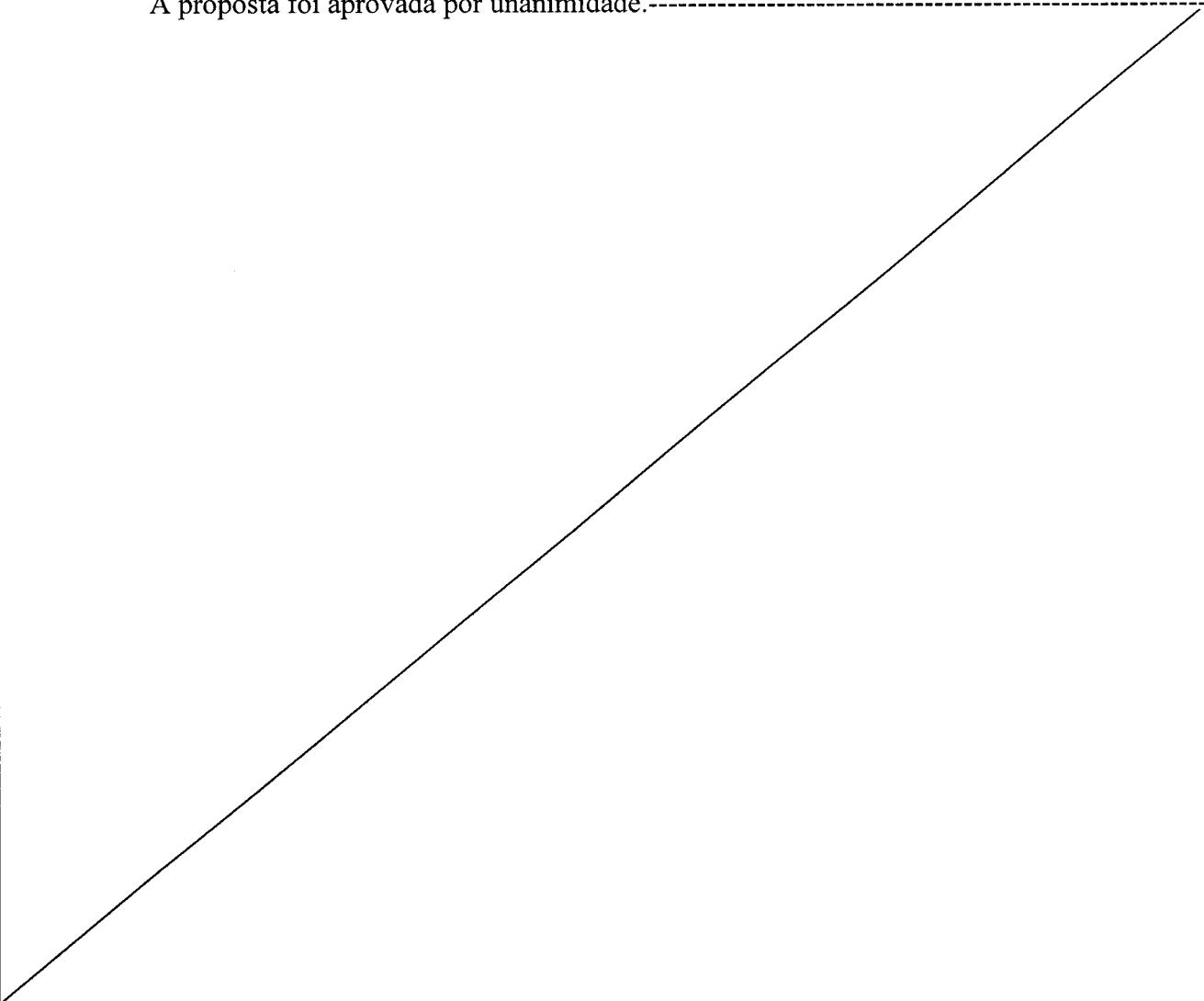


Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2382/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2645/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "FUTEBOL CLUBE REBORDÕES"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Bernardino Gentil Azevedo Moreira, casado, natural da freguesia de Rebordões, concelho de Santo Tirso, portador do Bilhete de Identidade n.º 8214807, válido até 04/10/2015, residente na Rua Nossa Sr.ª. do Carmo, n.º 727, da freguesia da União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, concelho de Santo Tirso, Presidente da "Futebol Clube Rebordões", o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva n.º 501306870, com sede na Rua Professor Tedim, Apartado 137, na freguesia de Rebordões, concelho de Santo Tirso, adiante designada por FCR.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que o Futebol Clube Rebordões movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que o Futebol Clube Rebordões movimenta um elevado número de atletas jovens e dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal nos escalões de iniciados, juvenis, juniores e seniores femininos;

Considerando que o Futebol Clube Rebordões tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal;

Entre o Município de Santo Tirso e o "Futebol Clube Rebordões":



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pelo FCR, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;
- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal com equipas dos escalões Iniciados, Juvenis, Juniores e Seniores Femininos.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 12.070,00 euros (doze mil e setenta euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 2.000€ (dois mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- O FCR obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do FCR

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade do FCR assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato;
- c) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte do FCR confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2382 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2645 datado de 08 de outubro de 2014.

O Futebol Clube de Rebordões deu consentimento ao MST para consulta da sua situação contributiva, tendo este comprovado que a FCR tem a situação regularizada perante a Segurança Social. A autorização de consentimento data de dia 03 de novembro de 2012.

O Futebol Clube de Rebordões deu consentimento ao MST para consulta da sua situação tributária, tendo este comprovado que a FCR tem a situação tributária regularizada perante o Estado. A autorização de consentimento data de dia 03 de novembro de 2012.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

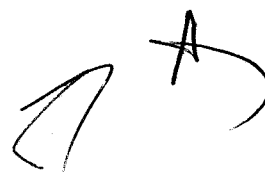
O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



Futebol Clube Rebordões

Rua Prof. Serafim Tedim
Apartado 137
4795-257 Vila de Rebordões



Camara Municipal de Santo Tirso
Divisão do Desporto

Programa de Desenvolvimento Desportivo 2014

Atividades a Desenvolver

- Participação no campeonato e Taça Concelhia de Futebol Amador
- Participação nas Provas da Federação Popular do Norte, (Intermunicipal)
- Participação no campeonato e Taça Concelhia de Futsal (escalão de Iniciados)
- Participação no Campeonato e Taça Concelhia de Futsal (escalão de Juvenis)
- Participação no Campeonato e Taça Concelhia de Futsal (escalão de Juniores)
- Participação no Campeonato e Taça Concelhia de Futsal (Feminino)

Custos com o Programa

Participação no campeonato Concelhio de Futebol Amador	_____ 8680,00€
Participação nas Provas da Federação Popular do Norte, (Intermunicipal)	_____ 1310,00€
Participação no campeonato Concelhio de Futsal (escalão de Iniciados)	_____ 520,00€
Participação no Campeonato Concelhio de Futsal (escalão de Juvenis)	_____ 520,00€
Participação no Campeonato Concelhio de Futsal (escalão de Juniores)	_____ 520,00€
Participação no Campeonato e Taça Concelhia de Futsal (Feminino)	_____ 520,00€

Custo total do Programa _____ 12070,00€
(Doze mil e setenta euros)





14. J) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DA REGUENGA: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de vinte e dois de dezembro de dois mil e treze, da Associação Desportiva e Cultural da Reguenga, registado com o número doze mil trezentos e oitenta e seis / dois mil e treze, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 502 096 918;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e quatro de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em vinte e cinco do mesmo mês, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de



A

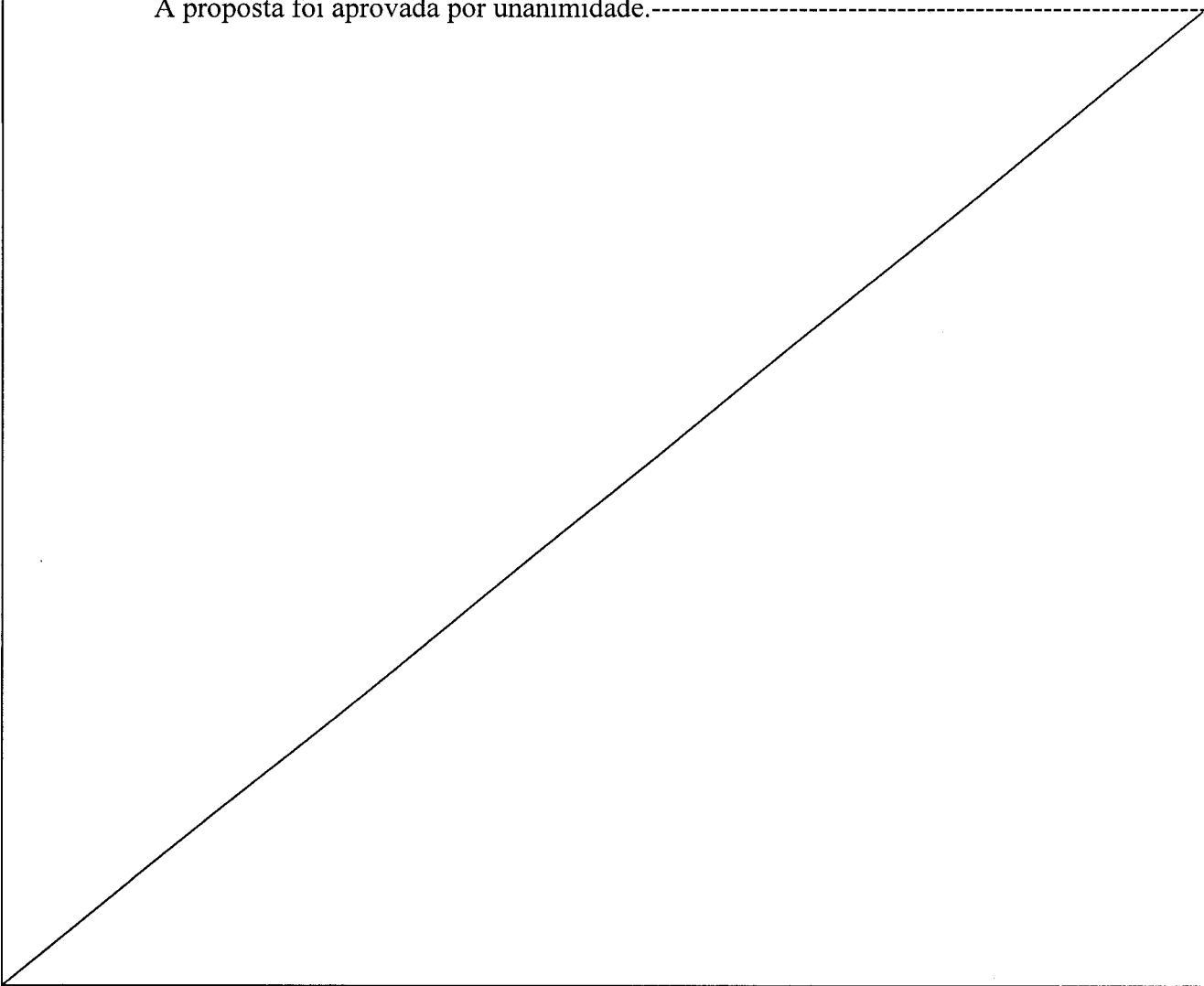


Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2382/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2642/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DA REGUENGA"

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Carlos Avelino Silva Soares, casado, natural da freguesia de Reguenga, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 12017053, válido até 05/04/2016, residente na Rua da Guarda, n.º 192, na Freguesia de Reguenga, Presidente da "Associação Desportiva e Cultural da Reguenga" o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 502096918, com sede na Rua do Bom Sucesso, n.º 84, da referida freguesia e concelho, adiante designada por ADCR.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Desportiva e Cultural da Reguenga movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Associação Desportiva e Cultural da Reguenga movimenta um elevado número de atletas jovens e dirigentes na sua participação nos escalões jovens do Campeonato Concelhio de Futsal;

Considerando que a Associação Desportiva e Cultural da Reguenga tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens.

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Desportiva e Cultural da Reguenga":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

121

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ADCR, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;
- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal com equipas dos escalões Escolinhas e Infantis.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 9.238,00 euros (nove mil e duzentos e trinta e oito euros), o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.250 € (mil duzentos e cinquenta euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

122

1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.

2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

3- A ADCR obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ADCR

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ADCR assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

123

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ADCR confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

124

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2382 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2642 datado de 08 de outubro de 2014.

A Associação Desportiva e Cultural da Reguenga tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 25 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 24 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ÉPOCA 2014/2015

Futebol Sénior 11

Gás	600,00
Material deportivo	
Bolas	100,00
Coletes	60,00
Cones	30,00
Equipamentos	930,00
Bandeiras	50,00
Deslocações	300,00
Telefone	100,00
Árbitros	1.000,00
Seguros	728,00
Multas	200,00
Farmácia	200,00
Manutenção de instalações	500,00
Total das despesas	4.798,00

Subsídio da Camara	1.500,00
Quotas dos sócios	1.200,00
Grupo Patrocinador	1.530,00
Apoio Junta Freguesia	600,00
Total das receitas	4.830,00

Futsal escolinhas

Gás	300,00
Material deportivo	
Bolas	100,00
Coletes	60,00
Cones	30,00
Equipamentos	530,00
Lanches	800,00
Deslocações	100,00
Telefone	100,00
Seguro complemento	120,00
Farmácia	200,00
Total das despesas	2.340,00

Grupo Patrocinador	1.300,00
Apoio Junta Freguesia	300,00
Festa Sra. das Dores	800,00
Total das receitas	2.400,00

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E
CULTURAL DA REGUENGA

- FUNDADA EM 1980 -

CONTRIBUINTE N.º 502 096 918

REGUENGA - SANTO TIRESO

Futsal infantil

Gás	0,00
Material desportivo	
Bolas	80,00
Coletes	60,00
Cones	30,00
Equipamentos	530,00
Lanches	800,00
Deslocações	100,00
Telefone	100,00
Seguro complemento	200,00
Farmácia	200,00

Total das despesas 2.100,00

Convívios	900,00
Quotas dos sócios	1.200,00

Total das receitas 2.100,00



14. K) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de vinte e dois de dezembro último, da Associação Recreativa e Cultural de Areias, registado com o número doze mil quatrocentos e oitenta e sete / dois mil e treze, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 502 384 247;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e cinco de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social, Direta na mesma data, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



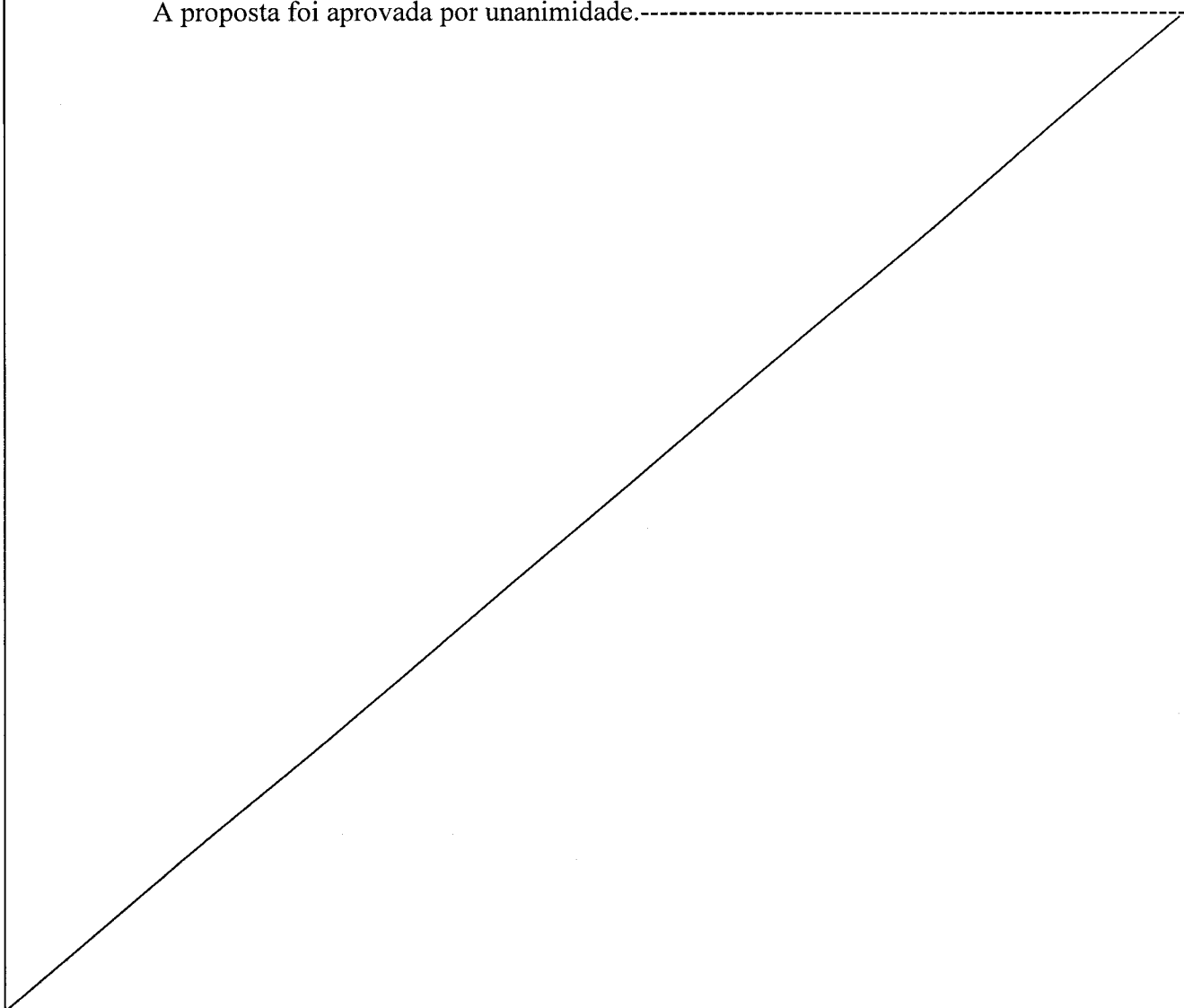
A

Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1243/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1384/2014, de vinte e um de maio último.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A
CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A "ASSOCIAÇÃO
RECREATIVA E CULTURAL DE AREIAS"**

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão nº 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Carlos Luís Barbosa Almeida, casado, natural de Massarelos, concelho do Porto, portador do Bilhete de Identidade nº 9340557, válido até 08/01/2016, residente na Rua Eng.º José Guimarães, nº 39, da freguesia da União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, concelho de Santo Tirso, Presidente da "Associação Recreativa e Cultural de Areias" o qual outorga em nome e em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 502384247, com sede na Rua Capitão Salgueiro Maia, nº60, da freguesia da União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, concelho de Santo Tirso, adiante designada por ARCA.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

130

A

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Recreativa e Cultural de Areias movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Associação Recreativa e Cultural de Areias tem elevadas despesas na participação no designado Campeonato nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Recreativa e Cultural de Areias":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

131

divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ARCA, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador, cujo custo estimado ascende a 9.000,00€ (nove mil euros).

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo referido na cláusula anterior o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, com o montante anual de 1.000,00 € (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de participação

- 1- O pagamento da participação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A participação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

132

3- A ARCA obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ARCA

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ARCA assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ARCA confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.



Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

133

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL n.º 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1243/ 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º datado de 1384/2014.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

134

A Associação Recreativa e Cultural de Areias tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 25 de setembro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 25 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



A

2

14. L) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SEQUEIRÔ: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de vinte de fevereiro último, da Associação Recreativa de Sequeirô, registado com o número dois mil e noventa e cinco, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.--

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 501 815 546;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em nove do corrente mês de outubro, válida por seis meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social, na mesma data, cuja informação assim obtida é válida por seis meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 900,00 € (novecentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as



A

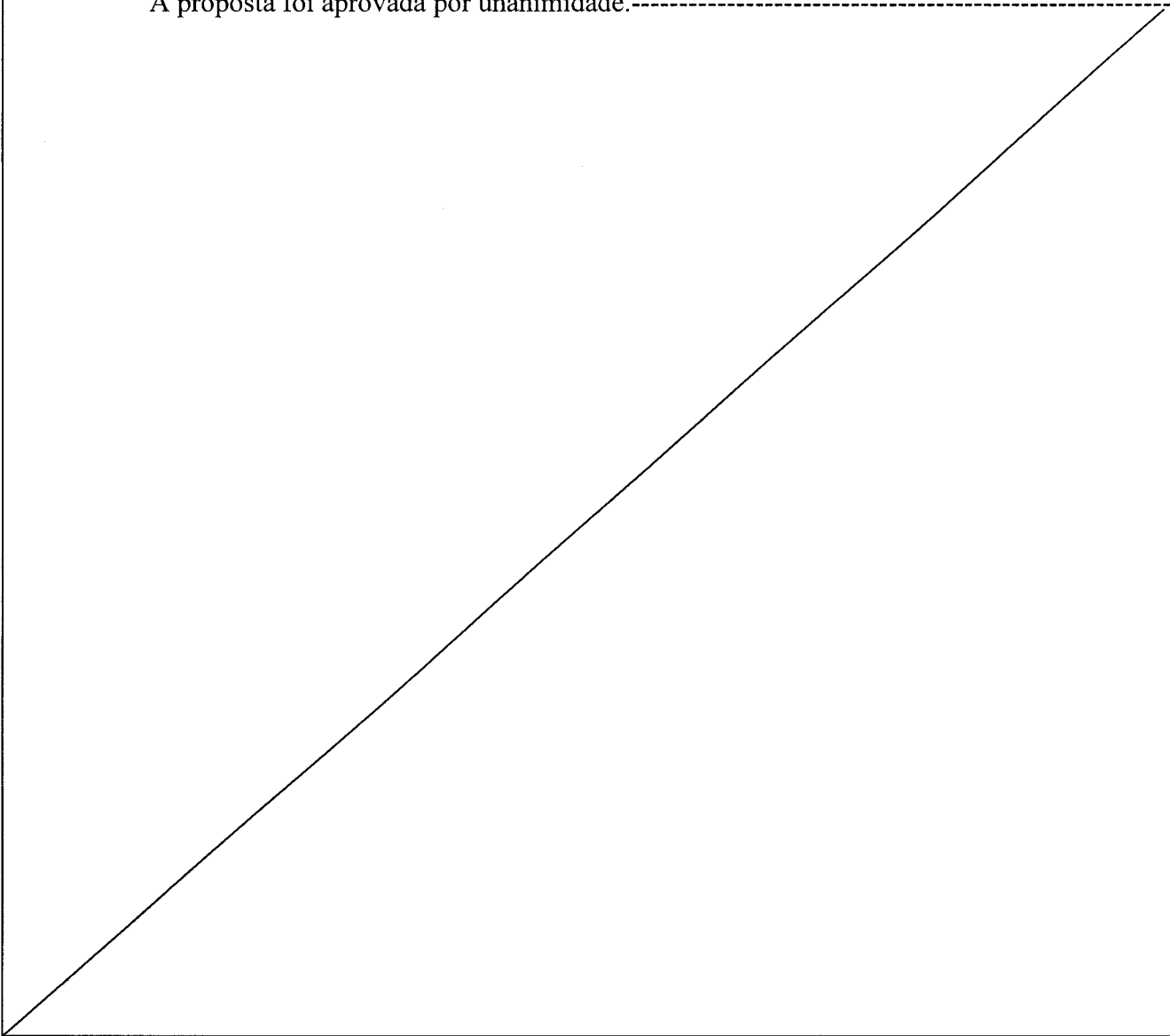
↗

subsequentes nove folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2382/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2647/2014, de oito do corrente mês de outubro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

137



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SEQUEIRÔ”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Jorge Luciano Azevedo Carvalho, casado, natural da freguesia de Lousado, concelho de Famalicão, portador do Bilhete de Identidade n.º 8555835, válido até 14/09/2015, residente na Rua António Abreu Machado, n.º 111, na Freguesia de Vila das Aves, Presidente da “Associação Recreativa de Sequeirô”, o qual outorga em representação da referida coletividade, pessoa coletiva número 501815546, com sede na Praça Sérgio Luís Costa, n.º 1, da freguesia da União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, concelho de Santo Tirso, adiante designada por ARS.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

138

A

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Recreativa de Sequeirô movimenta um elevado número de atletas jovens e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futsal;

Considerando que a Associação Recreativa de Sequeirô tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando que a Associação Recreativa de Sequeirô movimenta um considerável número de atletas e dirigentes na sua participação nas provas do Campeonato Concelhio de Pesca desportiva;

Considerando que a Associação Recreativa de Sequeirô tem despesas na participação nas designadas provas;

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Recreativa de Sequeirô":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:



Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ARS, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal nos escalões de juniores, juvenis e escolinhas;
- Desenvolvimento da pesca desportiva em rio, com a participação no Campeonato Concelhio de Pesca Desportiva.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 8.540,00 euros (oito mil quinhentos e quarenta euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 900€ (novecentos euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

140

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A ARS obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ARS

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ARS assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

141



- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ARS confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

142

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2382 / 2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2647 datado de 8 de setembro de 2014.

A Associação Recreativa de Sequeirô deu consentimento ao MST para consulta da sua situação contributiva, tendo este comprovado que a ARS tem a situação regularizada perante a Segurança Social.

A Associação Recreativa de Sequeirô deu consentimento ao MST para consulta da sua situação tributária, tendo este comprovado que a ARS tem a situação tributária regularizada perante o Estado.

Santo Tirso, ____ de ____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

**Associação Recreativa de Sequeirô**

Entidade sem fins lucrativos fundada em 1951. NIPC: 501 815 546

Atividade Desportiva a Desenvolver

Para o ano 2014

Campeonato concelhio de futsal:

- Manter equipa de futsal no escalão de JUNIORES
- Manter equipa de futsal no escalão de JUVENIS
- Formar equipa de futsal no escalão de ESCOLINHAS

Previsão de custos JUNIORES:

Fornecimento de água durante os jogos e treinos	€ 300,00
Lanches	€ 380,00
Aquisição de bolas	€ 100,00
Aquisição de Equipamentos	€ 400,00
Aquisição material diverso para treinos	€ 250,00
Aquisição material primeiro socorros	€ 70,00
Jantar fim de época	€ 300,00
Convívio de Natal	€ 200,00



Associação Recreativa de Sequeirô

Entidade sem fins lucrativos fundada em 1951. NIPC: 501 815 546

Previsão de custos JUVENIS:

Fornecimento de água durante os jogos e treinos	€ 300,00
Lanches	€ 380,00
Aquisição de bolas	€ 100,00
Aquisição de Equipamentos	€ 400,00
Aquisição material diverso para treinos	€ 250,00
Aquisição material primeiros socorros	€ 70,00
Jantar fim de época	€ 300,00
Convívio de Natal	€ 200,00

Previsão de custos ESCOLINHAS:

Fornecimento de água durante os jogos e treinos	€ 300,00
Lanches	€ 380,00
Aquisição de bolas	€ 100,00
Aquisição de equipamentos	€ 400,00
Aquisição material diverso para treinos	€ 250,00
Aquisição material primeiro socorros	€ 70,00
Jantar fim de época	€ 300,00
Convívio de Natal	€ 200,00

TOTAL PREVISTO PARA CAMPEONATO CONCELHIO ————— € 6.000,00



Associação Recreativa de Sequeirô

Entidade sem fins lucrativos fundada em 1951. NIPC: 501 815 546

Desenvolvimento da pesca desportiva em rio na Associação

Equipamento para pescadores ————— € 80,00

Aluguer de pistas de pesca ————— € 675,00

Seguros para pescadores ————— € 260,00

Bicho e engodo ————— € 325,00

Equipamento de apoio aos pescadores durante as provas ————— € 700,00
(Água, material de primeiros socorros e outros materiais)

Transporte as provas ————— € 500,00

TOTAL PREVISTO PARA EQUIPA DE PESCA ————— € 2.540,00



14. M) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA MOURINHENSE: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício, da Associação Desportiva Cultural e Recreativa Mourinhense, registado com o número dois mil e setenta e oito, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 504 650 068;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e três de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social I.P., em vinte de junho último, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento



A

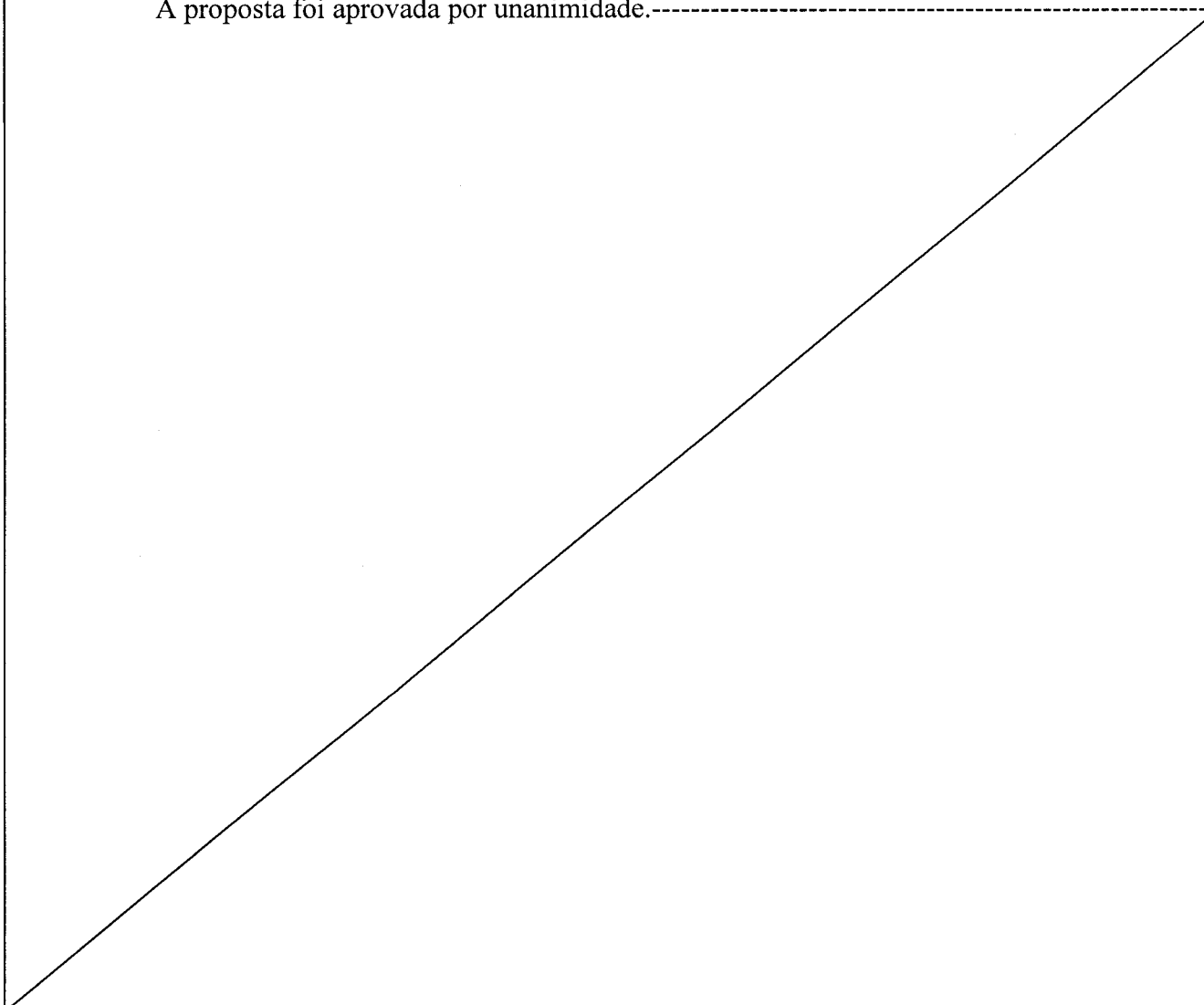
7

Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1243/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1385/2014, de vinte e um de maio último.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

148

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA MOURINHENSE”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Albano de Abreu Coelho, casado, natural São Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso, portador do Cartão de Cidadão n.º 09504916 9ZZ0, residente na Rua de Ginjo, n.º 230, em São Tomé de Negrelos, Presidente da “Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Mourinhense”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 504650068, com sede na rua do Carral, n.º 84, lugar da Mourinha, da freguesia de São Tomé de Negrelos do concelho de Santo Tirso, adiante designada por ADCRM.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

149

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Mourinhense movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador;

Considerando que a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Mourinhense tem elevadas despesas na participação no designado Campeonato nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal;

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Mourinhense":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

150

disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ADCRM, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 7.780,00 euros (sete mil setecentos e oitenta euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 1.000,00 € (mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

- 1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
- 2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

151

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

- 1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.
- 2- Além do disposto no número anterior, o MST compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- A ADCRM obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ADCRM

Sem prejuízo do disposto no nº 3 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ADCRM assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato;
- c) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ADCRM confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

153

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1243/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 1385 datado de 21 de maio de 2014.

A Associação Desportiva, Cultura e Recreativa Mourinhense tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo serviço de segurança social direta no dia 20 de junho de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo serviço de finanças de Santo Tirso, no dia 23 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Programa de desenvolvimento desportivo 2014

4

Actividades a desenvolver:

- 1 Participação no campeonato Concelhio de Futebol Amador
- 2 Participação no campeonato Intermunicipal de Futebol Amador

Custos com o programa:

Transporte Intermunicipal	300 €
Gás	800 €
Arbitragem(Concelhio e intermunicipal)	800 €
Luz	2.000 €
Equipamentos	1.500 €
Bolas	400 €
Seguro	800 €
Inscrições concelhio	230 €
Inscrições Intermunicipal	250 €
Material de apoio(ex.Cones,Coletes,ETC)	700 €
Total	7.780,00 €

S.Tomé de Negrelos, 31 de Janeiro de 2014



A



14. N) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO AREAL: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA.-----

Presente ofício de cinco de maio último, da Associação Recreativa do Areal, registado com o número quatro mil oitocentos e trinta e cinco, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e catorze e a solicitar o respetivo apoio da câmara municipal.--

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal anteriormente referido;-----

Considerando a informação dos serviços de desporto, de três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil quatrocentos e trinta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela identificada associação, pessoa coletiva número 500 936 820;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pela identificada associação merecem o apoio do município;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e um de setembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo serviço Segurança Social Directa, em vinte e dois do mesmo mês, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as



A

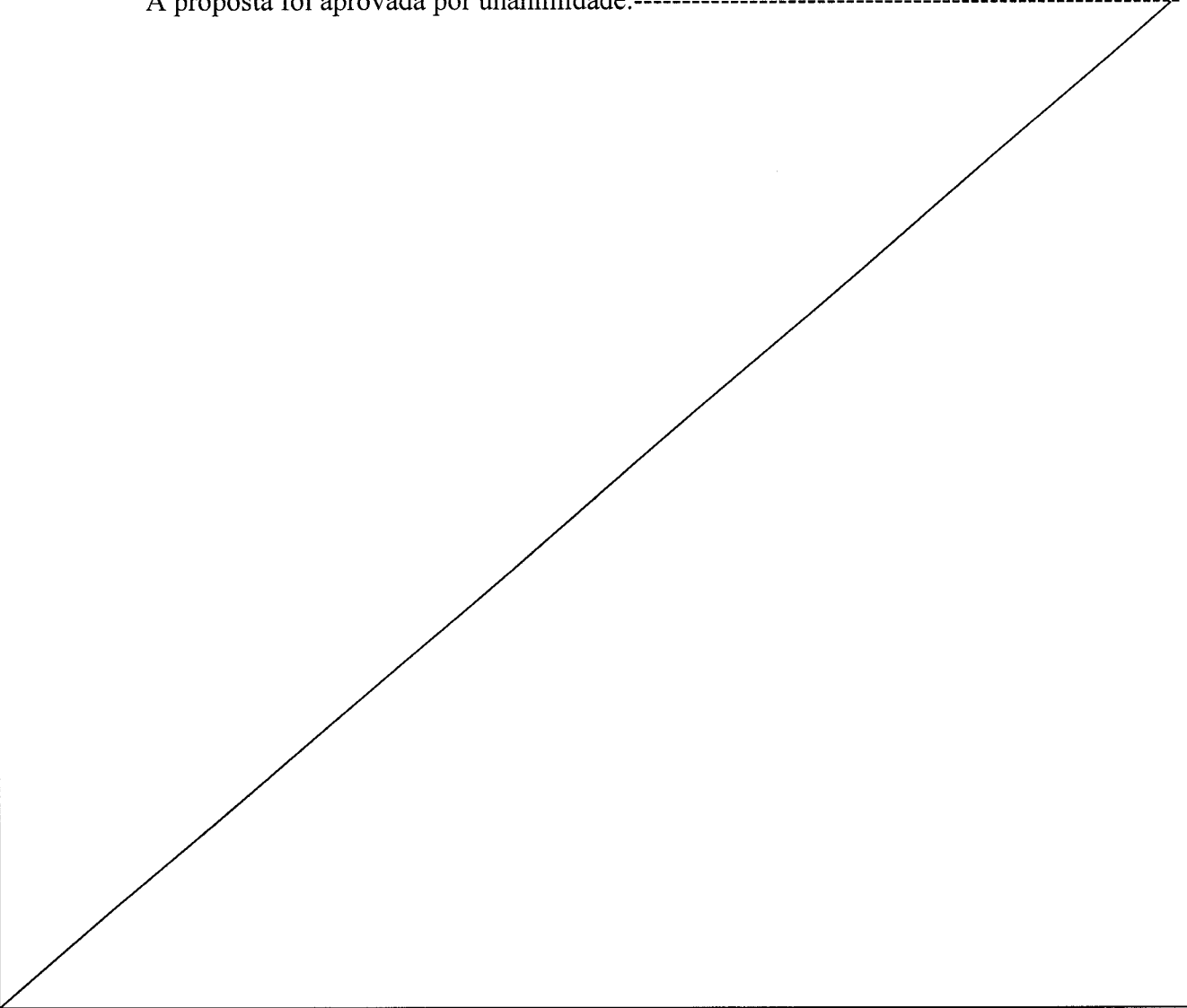


subsequentes oito folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1347/2014.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1508/2014, de três de junho último.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

157

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO AREAL”

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6º Esquerdo, da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga em representação do respetivo Município, pessoa coletiva n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: José António Correia Ferreira, Casado, natural da freguesia de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º 07039244, válido até 27/05/2016, residente na Rua do Lavadouro n.º 13, da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, Presidente da “Associação Recreativa do Areal”, o qual outorga em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 500936820, com sede na Rua do Ringue n.º 122 da freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, adiante designada por ARA.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;

Considerando a competência da câmara municipal no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de setembro;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

158

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como, na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando, ainda, que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Associação Recreativa do Areal movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação nas Competições Concelhias de Futsal;

Considerando que a Associação Recreativa do Areal movimenta um elevado número de atletas e Dirigentes na sua participação nas Competições Distritais de Futsal;

Considerando que a Associação Recreativa do Areal tem elevadas despesas na participação nos designados Campeonatos nomeadamente com inscrições, seguros e arbitragens;

Considerando, ainda, que a referida Associação se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futsal, quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural, com interesse municipal;

Entre o Município de Santo Tirso e a "Associação Recreativa do Areal":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

159

disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação, pelo MST, dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela ARA, que a seguir se enuncia:

- Participação no Campeonato Concelhio de Futsal com equipas dos escalões de Escolinhas, Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores e Seniores Femininos;
- Participação nas Competições Distritais de Futsal com a equipa do escalão de Seniores Masculinos.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 11.180,00 euros (onze mil cento e oitenta euros), o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, o montante anual de 2.000,00 € (dois mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- O pagamento da comparticipação do MST a que se refere a cláusula anterior, só será efetuado depois de publicitação do presente contrato nas formas previstas no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro e, artigo 27º do decreto de lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

160

2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada durante o período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo MST.

2- A ARA obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas à execução do presente contrato, para efeitos de controlo e fiscalização.

Cláusula Quinta

Responsabilidades da ARA

Sem prejuízo do disposto no nº 2 da cláusula anterior, é da responsabilidade da ARA assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato;
- c) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal.

Cláusula Sexta

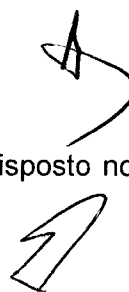
Revisão e Cessação do Contrato



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

161



À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da ARA confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

162

A

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ de _____ -- de 2014 (item _____) e impresso, ficando cada uma das partes com um exemplar.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na cláusula segunda do contrato-programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, a qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º1347/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º datado de 1508/2014.

A Associação Recreativa do Areal tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta no dia 22 de setembro de 2014, e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 21 de setembro de 2014.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO AREAL

FUNDADA EM 1-9-1976

Rua do Ringue, 122 – S. Miguel do Couto – 4780 - 710 Santo Tirso – Portugal

Plano de Desenvolvimento Desportivo

Ano 2014

Futsal Concelhio – Equipa de Escolas, Iniciados, Juvenis, Juniores e Feminino

Escolas – Despesas de água (100 euros)

Despesas de eletricidade (100euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (100euros)

Infantis – Despesas de água (100 euros)

Despesas de eletricidade (150euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (100euros)

Iniciados – Despesas de água (100 euros)

Despesas de eletricidade (150euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (100euros)

Juvenis – Despesas de água (140 euros)

Despesas de eletricidade (200euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (200euros)

Juniores – Despesas de água (140 euros)

Despesas de eletricidade (200euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (200euros)

Feminino – Despesas de água (200 euros)

Despesas de eletricidade (250euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (150euros)

Futsal Federado – Equipa de Seniores**Seniores – Despesas de pavilhão (1000 euros)**

Despesas de inscrições/arbitragem/seguro/policiamento AF Porto e Treinador 6000euros)

Despesas de material desportivo: bolas, troféus e coletes (1000euros)

Despesas de transportes (500euros)

Torneio de Futsal Areal Desportivo “24horas”

Despesas de arbitragem – 250euros

Despesas de troféus – 150euros

Despesas de prémios – 525euros

Cartazes e bolas – 150euros

Torneio de Futsal Verão

Despesas de arbitragem – 200euros

Despesas de troféus – 100euros

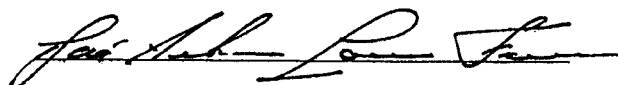
Despesas de prémios – 350euros

Cartazes e bolas – 100euros

Despesas de água – 150euros

Despesas Eletricidade – 150euros

O Presidente da Direção



(José António Ferreira)

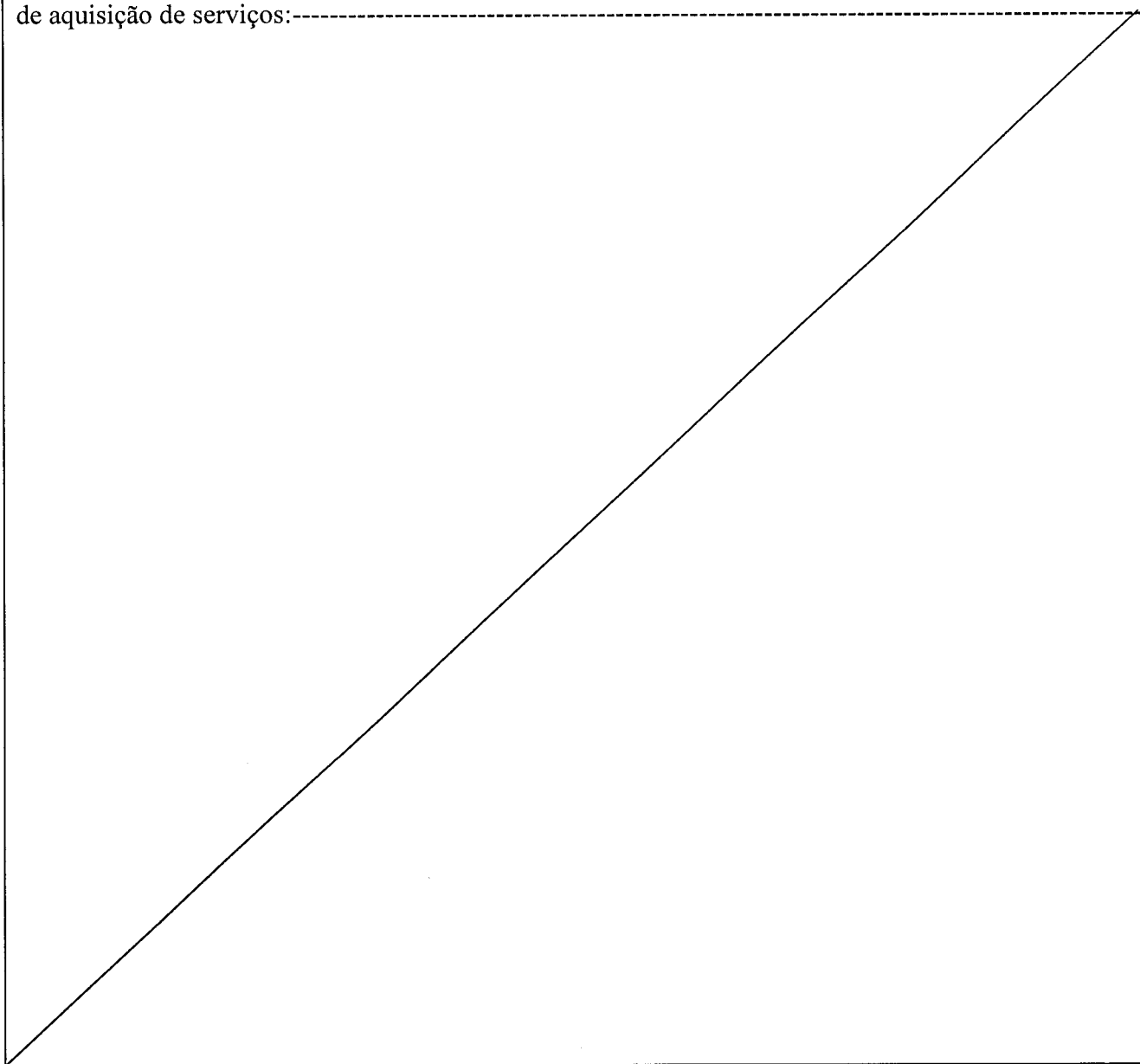


A



**15. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





15. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A ORGANIZAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DO FESTIVAL “NOVO JORNALISMO” EM SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

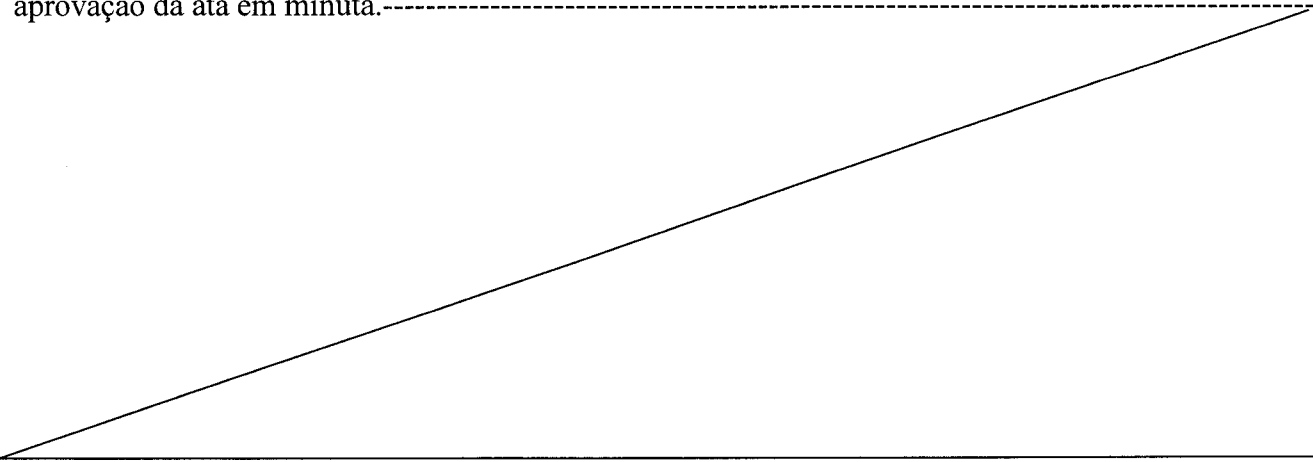
Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de um do corrente mês de outubro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas.-----

O senhor presidente, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do citado artigo 73º, submeteu à câmara municipal a ratificação do aludido despacho, que decidiu dar parecer favorável à celebração do contrato referido na informação técnica de trinta de Setembro findo, anexa àquele despacho cujo preço contratual global estimado é de 32.500,00 € (trinta e dois mil e quinhentos euros), mais IVA.-----

A despesa com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, conforme propostas de cabimento orçamental número 2227/2014, de dez de setembro findo.-----

A câmara deliberou, com cinco votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----

No momento da discussão da proposta que antecede, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM fizeram a declaração prévia que consta de folhas cento e sessenta e nove desta ata e, seguidamente, eram cerca de onze horas e cinquenta e cinco minutos, ausentaram-se da reunião, tendo declarado que regressariam no momento da aprovação da ata em minuta.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

167

DESPACHO

PARECER PRÉVIO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DO FESTIVAL “NOVO JORNALISMO” EM SANTO TIRSO-

A Câmara vai realizar nos próximos dias 24 a 26 de outubro do corrente ano, a 1ª Edição do festival denominado “Novo Jornalismo” que tem como principais objetivos a criação de um festival literário de referência na área da não ficção, que seja capaz de mostrar o património cultural local, com foco nas produções literárias em curso;

Com a realização deste festival, Santo Tirso entrará na ronda dos grandes eventos culturais nacionais e internacionais, produzindo assim mais valias na área do turismo, e fará do concelho um ponto de passagem obrigatório de jornalistas e fãs da não-ficção;

Este festival destina-se maioritariamente à população escolar, mas também contempla a realização de encontros abertos a toda a comunidade com escritores de reconhecido prestígio nacional e internacional;

Considerando que a realização deste evento permite a dinamização da economia local, pois pretende-se que seja o maior evento sobre o jornalismo e não ficção na Península Ibérica, posicionando a cidade de Santo Tirso no pólo cultural português, e consequentemente proporcione um aumento das receitas na área do turismo cultural, e na área da prestação de serviços locais;

Considerando que para a organização deste festival é necessário contratar prestador de serviços que opere na área da consultoria editorial e conheça profundamente todos os elos da cadeia de valor do livro e da cultura;

Considerando que a realização deste festival vai exigir que a sua organização seja efetuada com cuidado e atempadamente;

Considerando que nos termos dos nº 4 e 11 do art.º 73º da LOE para 2014, aprovada pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, a contratação de serviços carece de parecer prévio vinculativo da câmara municipal, mas a próxima reunião ordinária está agendada para o próximo dia 14 de outubro;

Considerando que, por excesso de serviço da unidade orgânica responsável pelo acompanhamento deste evento não foi possível preparar o assunto a

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Alargamento
Orç. e Atividades de Gestão
Administrativas, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Computação

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

168



tempo de ser agendado para a reunião ordinária da câmara municipal de 30 de setembro findo;

Considerando que o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária da câmara municipal poderá causar sérios atrasos na organização do festival;

Considerando que, por razões de agenda de alguns vereadores, não se mostra possível a realização de uma reunião extraordinária em tempo útil;

Decido, face à competência excecional prevista no art.º 35º, nº 3, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, dar parecer favorável à contratação da prestação de serviços de organização da 1ª Edição do festival denominado "Novo Jornalismo", uma vez que se encontram preenchidos os requisitos legais previstos no nº 5 do referido art.º 73º da LOE 2014, designadamente:

- a) a câmara não dispõe de recursos humanos habilitados para executar este serviço, havendo necessidade de recorrer a contratação externa; E pela natureza do serviço a prestar, não se trata de trabalho subordinado, e revela-se de todo inconveniente o recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público, sendo que a celebração do contrato em causa não dará origem à constituição de um vínculo de emprego público;
- b) Que há lugar a redução remuneratória, por força do disposto nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014, de 12 de setembro;
- c) Que, os encargos a assumir pelo município inerentes ao proposto contrato, cuja estimativa de valor consta da informação anexa a este despacho, serão suportados pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, conforme proposta de cabimento nº 2227/2014.

Mais determino, que o presente despacho seja remetido à Subunidade de Compras para dar início ao respetivo procedimento de contratação e agendado para a próxima reunião de câmara municipal para ratificação.

Santo Tirso, 1 de outubro de 2014

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Cliente Particular,
Ação Social e Alimentação
Gestão e Atividades de Gestão
Administrativas, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

Reunião de câmara de 14 de outubro de 2014

Ponto 15 da ordem do dia (alíneas A,B,C e D)



A contratação de uma empresa de Mobiliário para produzir os conteúdos da revista municipal, nomeadamente ao nível da conceção, paginação e maquetização, veio alterar o paradigma da contratação com recurso à figura do ajuste direto, mais concretamente no que respeita à emissão de pareceres prévios para celebração de contratos de aquisição de serviços.

Nada pode ficar como antes! Os vereadores eleitos nas listas do PSD-PPM exigem que o pedido de emissão de pareceres prévios venha acompanhada da informação técnica devidamente fundamentada, bem como da consulta ao mercado que envolva pelo menos três entidades e/ou pessoas, preferencialmente sediadas em Santo Tirso.

Esta exigência é feita em nome da transparência e do rigor na gestão dos dinheiros dos contribuintes.

Se estas condições não forem satisfeitas, os vereadores do PSD-PPM recusarão participar na votação.

Tendo em conta que no ponto da ordem do dia em discussão, as condições exigidas não foram satisfeitas, os vereadores eleitos nas listas do PSD-PPM não participam na votação.

Santo Tirso, 14 de outubro de 2014

Maçad
Imatilde Sif-Briz
[Signature]



Após a votação do ponto 15. A, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta de ratificação do despacho que deu parecer prévio à contratação relativa à organização do Festival “Novo Jornalismo” e lamentamos a ausência propositada e intempestiva dos senhores vereadores da oposição, já que:-----

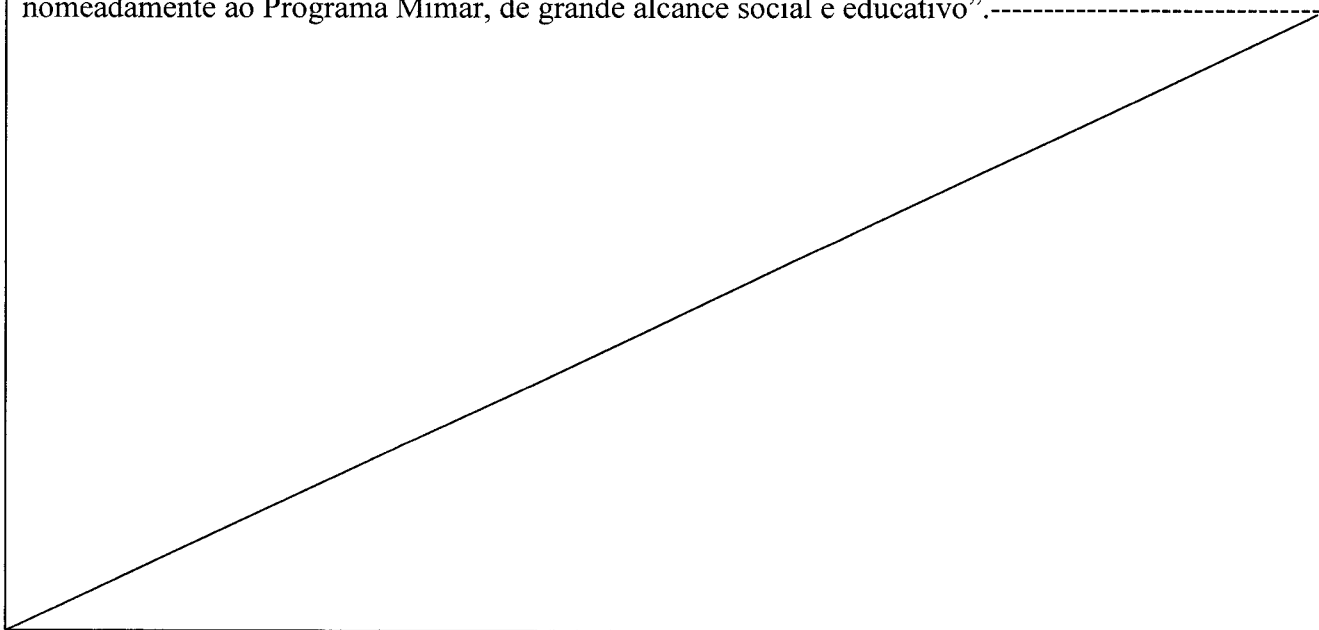
1. É nossa convicção de que a legalidade é cumprida e o processo está organizado de acordo com as normas legais aplicáveis.-----

2. A contratação deste serviço pelo preço estimado determinou a consulta do mercado relativo a realizações idênticas.-----

3. Já estamos habituados à desresponsabilização política com comportamentos idênticos ao hoje verificado, pretendendo deste modo pouco democrático dificultar a tomada de decisões políticas pela câmara municipal.-----

4. A realização deste evento promoverá o turismo e a cultura. E lamentavelmente mais uma vez, os senhores vereadores do PSD/PPM à cerca desta questão nada disseram, o que nos faz supor que a cultura e o turismo não são importantes para o município.-----

5. Finalmente estendemos o essencial desta declaração aos pontos seguintes, nomeadamente ao Programa Mimar, de grande alcance social e educativo”.-----





15. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSEGURAR SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO DESPORTIVA EM CONTEXTO ESCOLAR NO ÂMBITO DO “PROGRAMA MIMAR” (NATAL/2014)-----

Presente informação da divisão de educação, de três do corrente mês de outubro, registada no sistema de gestão documental com o número dez mil quatrocentos e trinta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à contratação externa de empresa para assegurar as atividades desportivas durante o período de Natal, no âmbito do “Programa Mimar”, conforme referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado do respetivo contrato é de 3.600,00 € (três mil e seiscentos euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 2502/2014, de nove do corrente mês de outubro.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----



A

2

15. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSEGURAR ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA NO ÂMBITO DO “PROGRAMA MIMAR” (NATAL/2014).-----

Presente informação da divisão de educação, de três do corrente mês de outubro, registada no sistema de gestão documental com o número dez mil quatrocentos e trinta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à contratação externa de empresa para assegurar atividades socioeducativas durante o período de Natal, no âmbito do “Programa Mimar”, conforme referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado do respetivo contrato é de 32.000,00 € (trinta e dois mil euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 2503/2014, de nove do corrente mês de outubro.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----



15. D) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS, NA MODALIDADE DE TAREFA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE DESIGNER GRÁFICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS ESPECÍFICOS.-----

Presente informação do Chefe de Gabinete, de dez do corrente mês de outubro, registada no sistema de gestão documental com o número dez mil quatrocentos e oitenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à contratação de prestação de serviços para o exercício de funções públicas, na modalidade de tarefa, tendo por objeto a contratação de designer gráfico para o desenvolvimento de trabalhos específicos, conforme referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado do respetivo contrato é de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros), mais IVA.-----

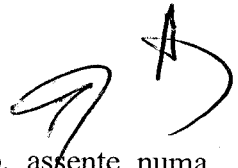
A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 010107, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 2512/2014, de dez do corrente mês de outubro.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a declaração de voto que consta da subsequente folha.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO



A Câmara está a desenvolver uma nova imagem para o município, assente numa estratégia global de comunicação que é criar a “marca de Santo Tirso”. Assim surge a necessidade de uniformizar a imagem do tipo de brindes e ofertas do nosso Município.

Para esta tarefa é necessário o serviço de excelência de um técnico com competências e conhecimentos adequados, suportado por uma vasta experiência profissional, nomeadamente, através de um licenciado em Design, variante gráfica.

Esta necessidade não pode ser satisfeita com os recursos internos que o município dispõe, tendo em conta a sua especificidade e o respectivo fim.

O trabalho é limitado no tempo e pretende-se concluído até ao final do presente ano.

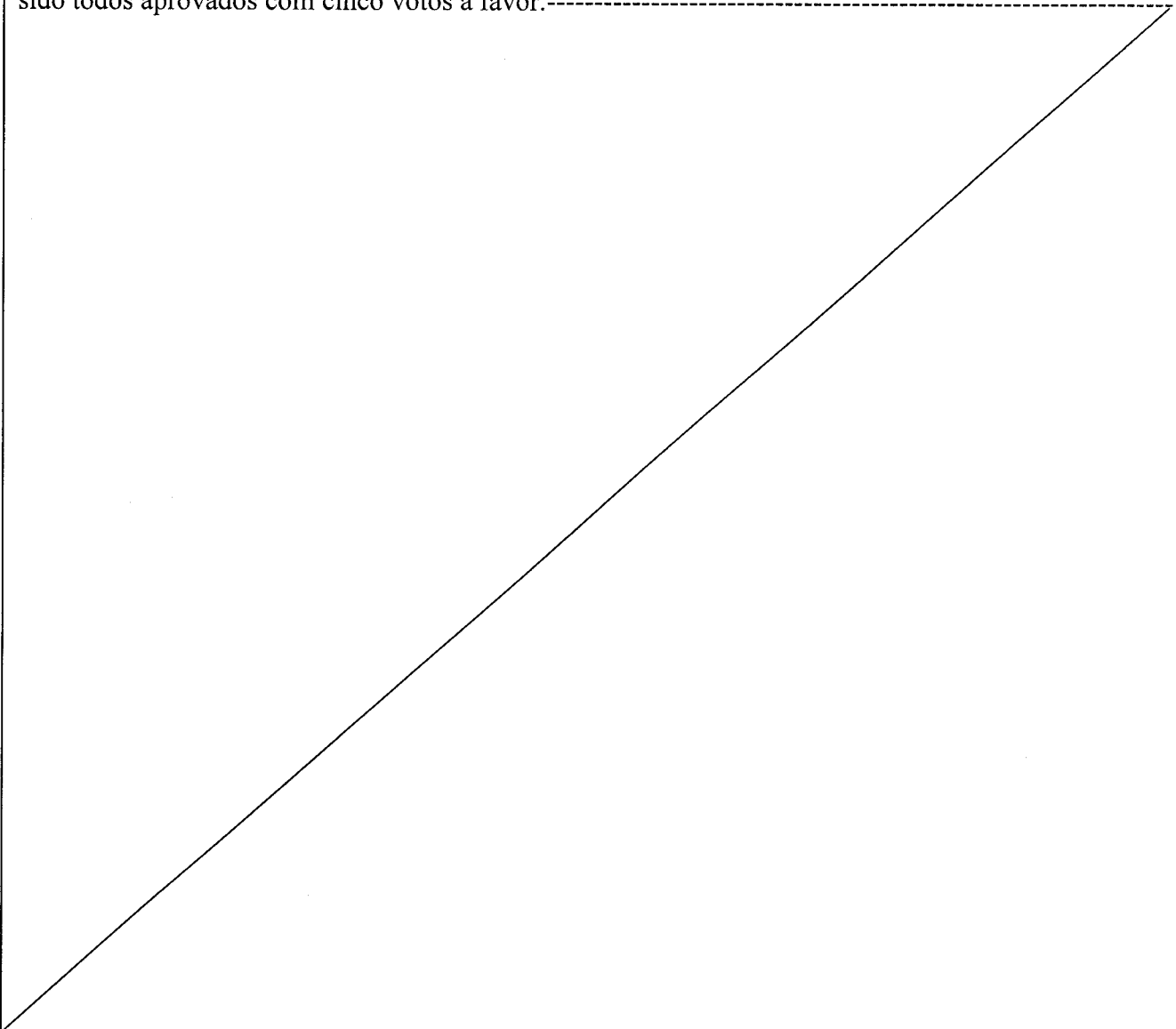
Por tudo isto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista declaram votar favoravelmente a proposta de celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, de um designer gráfico para o desenvolvimento de trabalhos específicos.

Santo Tirso, 14 de outubro de 2014



Após a votação dos antecedentes assuntos (item quinze da presente ata), eram cerca de doze horas e quinze minutos, compareceram novamente na reunião os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM.-----

Antes de se proceder à votação da ata em minuta os referidos vereadores questionaram o senhor presidente da câmara sobre o resultado da votação dos pontos relativos a pareceres prévios para celebração de contratos de prestação de serviços, tendo o senhor presidente respondido que tinha sido todos aprovados com cinco votos a favor.-----





7

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas e vinte minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cento e setenta e seis folhas, apenas utilizadas no anverso e quatro documentos anexos (anexo I, respeitante ao item quatro, anexo II, respeitante ao item sete, anexo III, respeitante ao item oito e anexo IV, respeitante ao item doze), que

eu Luísa Adriana Salgado Lago-----

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 28 / 10 / 2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas cinquenta da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Lago-----